

Justiça Federal de 1º Grau no Rio Grande do Sul



Descrição de imagem

Foto superior de Prédios Públicos, com o Lago Guaíba ao fundo, em Porto Alegre.



Descrição de imagem

Logo comemorativo aos 50 anos de Reinstalação da Justiça Federal no Rio Grande do Sul.

50 Anos de Reinstalação da Justiça Federal

No ano de 2017, celebraram-se os 50 anos da reinstalação da Justiça Federal no Rio Grande do Sul. Marcaram o evento ações que incluíram toda a SJ – a edição do livro comemorativo, a Galeria Virtual de fotos dos 50 anos, o folder sobre serviços para o público externo, a solenidade alusiva aos 50 anos, os banners para exposição ao longo do ano em todas as subseções e unidades avançadas de atendimento, os adesivos temáticos para as portas dos elevadores da sede de Porto Alegre e o selo postal comemorativo dos 50 anos, produzido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O livro retratou a história da Justiça Federal do Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos por decisões judiciais social e historicamente relevantes. Nos eixos temáticos selecionados – Tributos, Saúde, Meio Ambiente, Terra, Moradia, Previdência, Crime e Direitos Humanos – foram apresentadas descrições de processos, acompanhadas de contextualização por meio de fotos, gravuras, trechos de músicas e livros, entre outros recursos imagéticos.

Na solenidade, foi lançado o livro, com o comparecimento de representantes de todas as subseções e de instituições parceiras. No mesmo evento, foi lançado o selo postal e foi realizada sessão de memória coletiva com convidados – magistrado, servidor, desembargadora, magistrado aposentado, em que se recordaram histórias pitorescas do dia a dia da organização.

O transcurso desse aniversário faz perceber o quão marcante é a vocação de inovação presente na Justiça Federal. Mas, antes disso, nos recorda do propósito humano do trabalho e nos incentiva para o foco do cumprimento da Missão institucional de entregar para a sociedade justiça acessível, rápida e efetiva.

Mensagem da Administração

Ao finalizarmos a gestão 2015-2017 na Direção do Foro da Seção Judiciária do RS, surge o momento para a prestação de contas.

Mais uma vez procuramos realizar uma gestão participativa e voltada para o atendimento das demandas apresentadas por magistrados e servidores, além da concretização daquelas ações consideradas estratégicas para a Instituição.

Nos deparamos, ao longo do ano de 2016, com grave crise financeira que afetou o orçamento da Seção Judiciária e fez com que todos procurássemos reduzir despesas e fazer economia de recursos.

A união de todos, somada a um trabalho competente da Secretaria Administrativa e do Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças, tornou possível uma redução dos gastos com custeio em 2016 em cerca de 7 milhões de reais, fundamentais para que a Seção Judiciária possa enfrentar os próximos anos em uma situação de maior controle do seu orçamento.

Apesar das dificuldades orçamentárias, foram muitas as realizações, haja vista a instalação de 3 varas federais, 3 novas sedes, 5 Unidades Avançadas de Atendimento, criação da Central de Execuções Penais de Porto Alegre, da Central de Convênios e Consultas, do Juizado Integrado de Santa Maria e da Vara Regional de Execuções Fiscais de

Santo Ângelo, a instalação do CEJUSCON de Gravataí, reestruturação das funções das Turmas Recursais, recuperação do acervo de processos históricos da primeira fase da Justiça Federal (1890 – 1937), comemoração e lançamento do livro dos 50 anos de reinstalação da Justiça Federal, capacitação de vários servidores pelo sistema de EAD, desenvolvimento de projetos de justiça restaurativa e do Justiça Inclusiva, dentre outras realizações.

Todas essas ações e realizações foram possíveis graças ao trabalho competente e criativo dos servidores das áreas administrativas do interior e Capital, em especial da Secretaria Administrativa e Núcleos, com a colaboração dos magistrados e servidores das unidades judiciárias.

Estamos orgulhosos do trabalho desenvolvido e conscientes de que realizamos o melhor que poderíamos ter feito na administração da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul



Relatório de Gestão - 2015/2017

SUMÁRIO

1	50 Anos de Reinstalação da JFRS <i>Página 02</i>	4	Equalização da Demanda e Otimização das Estruturas <i>Página 07</i>	7	Atuação Sistêmica <i>Página 13</i>
2	Mensagem da Administração <i>Página 03</i>	5	Economia de Recursos Orçamentários <i>Página 10</i>	8	Projetos da Carteira do Planejamento Estratégico <i>Página 16</i>
3	Interação e Escuta <i>Página 06</i>	6	Unidades Criadas, Prédios Instalados e Editais Publicados <i>Página 12</i>	9	Atuação Administrativa <i>Página 18</i>

FICHA TÉCNICA

Coordenador
Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli

Redação
Eron Gomes de Oliveira
Giovanna dos Santos Lopes
Renata Vial Torres
Sibele Wolff Garcez

Projeto Gráfico e Diagramação
Eron Gomes de Oliveira
Marcelo Machado Carlini

Colaboradores
Diretores dos Núcleos Administrativos
Dirce Helena Pinto Sancandi
Seção de Comunicação Social e Cerimonial

Revisão
Eron Gomes de Oliveira
Renata Vial Torres

Tiragem
300 exemplares

Fotos da versão eletrônica contam com descrição para acessibilidade por pessoas com deficiência visual
#pracegover

Versão eletrônica disponível em:
www.jfrs.jus.br



Descrição de imagem

Foto superior do Parque Maurício Sirotski Sobrinho e prédios públicos juntamente com o Lago Guaíba ao fundo da imagem.

Relatório de Gestão - 2015/2017



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul





Descrição de imagem

Ilustração de pessoas com balões de conversa, simulando um grande diálogo.



Interação e escuta

Escuta, demandas e retornos A coordenação administrativa eficiente se opera com escuta das demandas. Evidentemente, não cabe ao administrador implementar tudo o que lhe é demandado. Mas a ele cabe ouvir as unidades e analisar a oportunidade e conveniência das ações, em termos da finalidade do serviço público que a Justiça Federal presta. Tendo no seu dia a dia a visão ampliada da Organização, ao administrador cumpre trazer para o cenário essa avaliação.

Não basta, ademais, que se faça alguma escuta. É necessário que seja qualificada e ampliada. Qualificada, no sentido de que o que é dito seja ouvido sem preconceitos quanto à validade. Ampliada, no sentido de que se ouçam as manifestações de diferentes camadas na Organização.

Para que essa escuta qualificada e ampliada ocorresse, numa postura aberta à comunicação, ações práticas foram realizadas – as visitas a todas as Subseções e UAAs, os Seminários Locais e o Seminário Ampliado do Planejamento Estratégico e as reuniões de Diretores de Foro e SAJAs.

Uma etapa que ainda é incipiente na SJRS é a de estabelecer escuta externa à Organização. Assim como a escuta interna, a externa é uma forma de qualificar a atuação, aproximando ainda mais a prestação da jurisdição à cidadania. Alguns passos iniciais já vinham sendo dados pelas administrações da SJRS desde há muitos anos, com diversas interações com a OAB, Procuradorias públicas e Defensoria da União. Essa construção de contatos assentou-se e tornou-se comum. Os contatos atualmente são constantes e têm permitido atuações colaborativas. Todavia, ainda se divisa espaço de ampliação.

Das ações que lograram ser concretizadas deu-se divulgação, seja por meio da Intra ou de processos administrativos.

A seguir se conta sobre como se desenrolaram as ações de interação e escuta.

Visitas às Subseções

Todas as Subseções da SJRS foram visitadas, no intento de reduzir a distância entre a administração e as unidades do interior.

Quando foi? No segundo semestre de 2015, foram visitadas Bagé, Bento Gonçalves, Capão da Canoa, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Ijuí (ainda quando UAA), Lajeado, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, Uruguaiana e as UAAs de Alegrete, Frederico Westphalen, Itaqui, Jaguarão, Montenegro, Santa Vitória do Palmar, São Borja, Soledade e Vacaria. Em 2016, foram visitadas Cachoeira do Sul, Canoas e Gravataí.

Aberto o espaço de fala para as subseções, manifestaram-se juízes e servidores, trazendo temas variados, de interesse próprio

interno e com viés para a melhoria da prestação jurisdicional. Os temas mais frequentes nas visitas foram capacitação de servidores, ginástica laboral e ações de integração com órgãos que interagem com a Justiça Federal.

Seminários Locais e Ampliado

Em dezembro de 2015, ainda no primeiro semestre da gestão, foi realizado o Seminário Ampliado do Planejamento Estratégico.

Constituiu-se em uma reunião ampliada a que compareceram 106 pessoas como representação de todas as Subseções, para que fossem discutidas percepções sobre o conteúdo da Missão Institucional da Justiça Federal.

O evento ampliado de dezembro foi precedido de Seminários locais realizados em cada uma das Subseções. Nesses, iniciou-se a discussão sobre em que medida a JFRS tem atendido à Missão institucional de garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva. Foram levantados aspectos em que não se considera atendida a Missão. Esses aspectos constituem espaços de atuação, a partir da visão dos magistrados e servidores.

Reuniões de DFs e SAJAs

Foram realizadas as reuniões de Diretores de Foro em Erechim, Bento Gonçalves, Bagé e Santa Maria.

Essas ocasiões foram direcionadas à discussão de questões prementes e à busca de alinhamento de atuação em toda a Seção Judiciária.

As Subseções enviaram seus temas de pauta para a Direção do Foro da SJ, que os analisou, um a um, com a finalidade de dar o andamento, que poderia constituir-se em providência de tramitação administrativa simples ou de ação de grande envergadura.

Por evidente que nem todas as demandas foram atendidas, mas foram, todas, tratadas com análise – prévia à reunião – da possibilidade e pertinência de execução para o momento. O que se entendeu ser de interesse local foi objeto de processamento e resposta para a subseção que as enviou. O que na avaliação se identificou como assunto de interesse geral integrou a pauta e foi discutido no fórum das reuniões.

Na reunião realizada em Bagé em setembro de 2016, foi introduzida a novidade de realização de encontro de Supervisores e Diretores de Apoio Judiciário e Administrativo – SAJAs/DAJAs – simultâneo à reunião dos Diretores de Foro. Assim, reunidos sob a condução do Diretor da Secretaria Administrativa, os SAJAs/DAJAs trataram de temas de interesse da gestão local e alinharam diversos aspectos de sua atuação, de forma a aprimorar os procedimentos. Na reunião de Santa Maria, foi iniciada capacitação – as RODADAS DE GERENCIAMENTO – na qual vem sendo tratados diversos temas de gestão.

Equalização da demanda e otimização de estruturas

Nos caminhos da busca por incremento de celeridade e efetividade, a SJRS centrou seus esforços na equalização da demanda de trabalho e na otimização das estruturas.

A distribuição mais equânime do trabalho proporciona uma melhor utilização dos recursos da Instituição, não sobrecarregando ou subutilizando as unidades. O desafio de atingir e manter essa equalização é facilitado pela informatização dos fluxos de trabalho, realidade muito presente na 4ª Região.

O trabalho à distância, associado ao processo eletrônico, é ferramenta largamente utilizada na SJRS para a prestação de auxílio entre as unidades jurisdicionais.

A otimização das estruturas está ligada ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, conseguindo obter um melhor resultado através da união de estruturas ou centralização de serviços, desafogando as unidades e especializando a atuação em diversas etapas do processamento. A equalização da demanda contribui para melhor utilização das estruturas, levando a organização ao atendimento de seus objetivos de forma sustentável, ou seja, possibilitando a coleta dos resultados esperados sem exaurir os recursos.

A atenção para a eficiência operacional é elemento para figurar na atuação de todas as unidades, sendo preponderante que a gestão da Instituição perceba os desequilíbrios e atue no sentido de corrigi-los. Neste sentido, a equalização da demanda torna-se ferramenta na busca pela eficiência operacional, trazendo como principal resultado um melhor aproveitamento da força de trabalho da organização, usando como princípio o deslocamento das tarefas e não a alteração da composição e localização das equipes.

Integração de Subseções

Nesse ponto, cabe ressaltar a integração entre as Subseções de Porto Alegre, Canoas e Gravataí – já existente nas ações penais – com a ampliação da competência regionalizada das varas federais de Porto Alegre também para as matérias ambiental cível, saúde e habitação, o que em muito contribuiu para uma melhor prestação jurisdicional nas Subseções de menor porte, as quais, como é notório, possuem grande demanda processual.

A Subseção de Ijuí, inaugurada em 2016, por conta das restrições orçamentárias enfrentadas, nasceu com estrutura reduzida. Como parte da solução para o melhor funcionamento da unidade, foram realizadas integrações da área administrativa e das centrais de mandados.

Na Direção do Foro, a Subseção de Santo Ângelo auxilia em atividades que podem ser integradas, como a atuação das áreas de cálculos judiciais, o atendimento na área de tecnologia da informação e apoio em rotinas que são comuns entre as

Subseções. Como exemplo da integração, destaca-se o caso do Setor de Cálculos Judiciais de Santo Ângelo, que realiza os cálculos de maior complexidade das varas de ambas as Subseções, enquanto os cálculos menos complexos permanecem sendo realizados nas varas federais.

Vara Regional de Execuções Fiscais

A ação centralizou o andamento dos processos de execução fiscal que tramitavam em sete varas federais das Subseções de Cruz Alta, Palmeira das Missões, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo e Unidades Avançadas de Atendimento de Frederico Westphalen, Ijuí e São Borja, em uma unidade especializada e regional.

A alteração foi formulada com o objetivo de aprofundar a especialização das varas envolvidas, equilibrar a distribuição entre elas e equalizar os esforços na execução das atividades, aumentando a eficiência das unidades e visando ao atendimento da Missão Institucional, no sentido de tornar a prestação jurisdicional mais acessível, rápida e efetiva.

É fato que uma inadequada distribuição da carga de trabalho gera efeitos nocivos em termos de produtividade e eficiência. Os termos apresentados buscaram a equalização da carga de trabalho entre as unidades envolvidas, considerando a estrutura que cada uma possuía, e a abertura de novos pontos para oferecimento de auxílio.



 **Descrição de imagem**
Infográfico com informações referentes à Vara Regional de Execuções Fiscais.

A 3ª Vara Federal de Santo Ângelo, que prestava auxílio para outras duas varas federais da Seção Judiciária do RS, passou a ser responsável pelo processamento das execuções fiscais de toda Região das Missões.

A criação da vara regional significou reforço à forma de atuação de vara itinerante, pois a especialização, além de abrir espaço para novos apoios, gera uma possibilidade de atuação focada e com melhores resultados.

Alterações de competências

Além da regionalização das matérias ambientais e de saúde, Porto Alegre também protagonizou alterações nas competências de algumas de suas varas federais.

As varas e juizados cíveis passaram a ter, basicamente, as mesmas competências, gerando uma significativa equalização em suas distribuições. A mesma linha de atuação foi estendida às unidades de competência tributária: as varas que trabalhavam exclusivamente no rito ordinário passaram a atuar, também, nos processos de juizado.

Especialização no modelo de concentração de competências em matéria de saúde

Atendendo à política instituída pelo CNJ, foram especializadas 4 varas em matéria de saúde. Optou-se pela especialização de varas de competência regional, com abrangência de 3 subseções.

Centrais de Mandados

A unificação das Centrais de Mandados de Gravataí e de Porto Alegre fez com que todos os oficiais de justiça, lotados em ambas as Subseções, passassem a integrar uma única central, chamada de Central de Mandados Regional de Porto Alegre.

O primeiro grande passo para a implantação da unificação das Centrais foi dado e consistiu na centralização das atividades administrativas das unidades na Central de Mandados de Porto Alegre. Igualmente, já teve início uma distribuição mais equânime da carga de trabalho entre os oficiais de justiça das duas Centrais, sendo que se acredita que a tendência seja uma junção plena das Centrais, inclusive com as zonas de cumprimento de mandados dos municípios plenamente integradas.

A plena unificação significará, no futuro, a lotação de todos os oficiais em uma única CEMAN, o que trará maior flexibilidade, eficiência e agilidade no atendimento das demandas, permitindo a designação do número de oficiais de justiça que seja adequado para atender as demandas em cada zona, inclusive para situações de ampliação do número de mandados em razão de sazonalidades.

A experiência de integração de centrais também esteve presente nas Subseções de Santo Ângelo e Ijuí, onde os oficiais de justiça atuam de forma integrada. Os executantes de mandados de Santo Ângelo ficaram integralmente responsáveis pelo cumprimento das

ordens judiciais em 2 municípios do território de Ijuí, trazendo um maior equilíbrio na distribuição do trabalho e permitindo uma melhor prestação jurisdicional.

Juizado integrado em Santa Maria

A criação do Juizado Integrado surgiu de um novo cenário de desafios apresentado aos juízes e servidores da 2ª e 3ª Varas Federais de Santa Maria. Após longo período exercendo apenas as competências criminal e cível comum (ações de rito ordinário), as unidades, em razão de uma readequação das competências nas varas da subseção, passaram também a receber processos do juizado cível, para os quais não estavam preparados, do ponto de vista gerencial, e acostumados com a cultura dos juizados.

Pensando em soluções, surgiu a ideia de as unidades agirem conjuntamente na busca da superação do novo desafio.

A criação da nova unidade, sob a forma integrada, passou pela cedência de servidores, estagiários e funções comissionadas, pela estruturação de um novo espaço físico e pela uniformização dos procedimentos de trabalho entre as unidades. A premissa foi de otimizar a força de trabalho e desvincular os fluxos de trabalho das ações de rito ordinário e ações criminais, já existentes e bem consolidados nas varas federais, dos novos métodos de atuação no juízo, evitando o risco de burocratização do juizado – a chamada ordinarização.

No projeto de instalação do Juizado Integrado, foi considerada a percepção de que os processos de juizado devem ser tratados com a informalidade e oralidade que lhe são próprios. Assim, optou-se por acomodar a nova estrutura em espaço próximo ao CEJUSCON da Subseção, onde é possível desenvolver todas as atividades administrativas e judiciais do juizado integrado, com destaque para as audiências de conciliação e instrução com conciliadores.

Central de Execuções Penais de Porto Alegre – CEPPA

A oportunidade de concentrar na administração as tarefas operacionais da instalação e desinstalação de tornozeleiras, incluídas aquelas decorrentes das audiências de custódia na Subseção de Porto Alegre, assim como as ações do exercício da execução da pena em regime aberto, gestão de convênios, integração com outros órgãos e assistência social, levou à criação da Central de Execuções Penais de Porto Alegre – CEPPA.

Ressalta-se na atuação da unidade, além das atividades relacionadas à execução da pena, a participação no desenvolvimento de projetos estratégicos, casos das iniciativas do Projeto Justiça Inclusiva e Justiça Restaurativa.

**Veja mais sobre os projetos de
Justiça Inclusiva e Justiça
Restaurativa na seção sobre a
Atuação Sistêmica**

Central de Convênios e Consultas - CECON

Foi partindo do Mapa Estratégico da Justiça Federal que surgiram os estudos para a implantação da Central de Convênios e Consultas. A primeira versão da solução foi trazida durante o II Seminário Ampliado do Planejamento Estratégico, realizado em dezembro de 2015. A solução ganhou força durante as atividades de Inspeção em 2016 e transformou-se em projeto estratégico ao final do mesmo ano. Integrando a carteira de projetos da JFRS, a construção e implementação do projeto foi realizada por uma equipe composta por servidores de diversas áreas da organização, pois a atividade exigiu mapeamento, uniformização e criação de fluxos de trabalho e soluções de automação no sistema de processo eletrônico.

O projeto foi movido pela necessidade de maior celeridade e efetividade e de racionalização dos recursos humanos e tecnológicos para atender à crescente demanda de pedidos de utilização dos convênios firmados pelo Poder Judiciário para localização de bens e pessoas e cumprimento de ordens judiciais.

A Central de Convênios e Consultas, vinculada ao Núcleo de Apoio Judiciário, foi instituída na Subseção Judiciária de Porto Alegre como ponto de apoio às unidades jurisdicionais para fins de cumprimento das decisões judiciais relativamente a consultas, bloqueios, restrições e seus cancelamentos através dos sistemas conveniados (BacenJud, Renajud, Infojud, CNIB e GID-Detran).

Continuidade da implementação da estrutura de funções das Turmas Recursais

Seguiu-se com a implementação de incremento das funções das Turmas Recursais, movimento iniciado na gestão que findou em 2015, a partir de definição do TRF4.

Contam os gabinetes, atualmente, com excelentes condições de estrutura de funções, que vem permitindo estabilidade do quadro funcional, celeridade e eficiência na prestação jurisdicional.



Economia de recursos orçamentários

Ações de 2016

A forte restrição orçamentária enfrentada nesta gestão fez com que a Administração tivesse que tomar medidas duras para não fechar os exercícios financeiros no vermelho. Alguns contratos foram rescindidos e outros tiveram seus valores renegociados. Houve, ainda, redução do número de prestadores dos serviços de limpeza e recepção, bem como dos postos de vigilância.

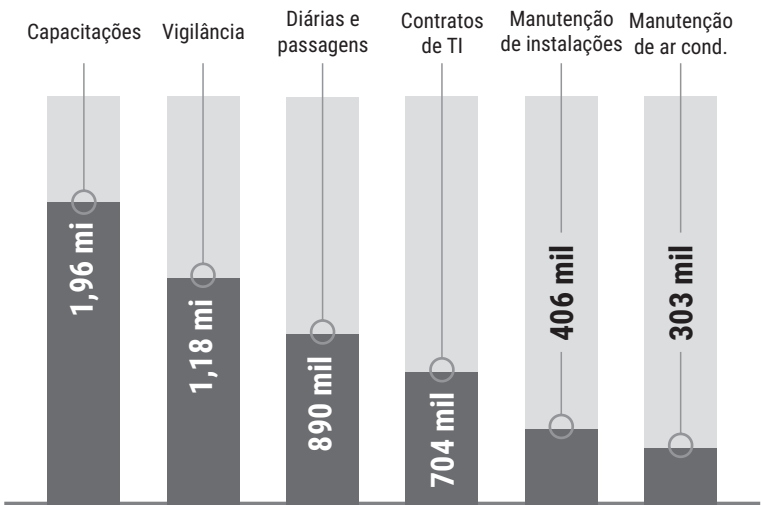
No ano de 2015, a execução das despesas deu-se no formato programado, com o cumprimento de despesas contratadas, aquisição de equipamentos de informática (rede, videoconferência e computadores, num total superior a 4 milhões de reais), compra de mobiliário ergonômico para POA, Pelotas, Cruz Alta, Passo Fundo, Bagé, São Borja, Santiago, Novo Hamburgo, Santana do Livramento, cadeiras para diversas subseções, cortinas para Cruz Alta, Gravataí e POA. Também foi executada reforma em Passo Fundo, obra para instalação da Subseção de Cruz Alta em prédio novo, além de aquisição de splits para diversas subseções do interior.

No ano de 2016, de crise econômica, o orçamento da União sofreu cortes significativos. Para driblar a crise, a JFRS adotou diversas medidas de economia: readequação e cortes de postos de vigilância, priorização de capacitações em EAD com diminuição de cursos presenciais, racionalização das diárias, economia de energia elétrica e água, corte do contrato de manutenção de condicionadores de ar split e de paredes, renegociação do contrato de comunicação de dados/internet, obtendo-se, mesmo com aumento de velocidade, redução de valores. Também foram eliminados contratos de redundância de links, cortados os fornecimentos de café, açúcar, adoçante, água mineral, e suspensa a contratação de ginástica laboral para Porto Alegre, que foi retomada em 12 de junho de 2017.

A previsão de gastos com custeio gerenciáveis pela DF para 2016 era de R\$ 60.611.483,36, e foram gastos R\$ 53.809.991,98, ou seja, uma economia de 11%. Para as contas não fecharem no vermelho, utilizaram-se os recursos do convênio com a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, na ordem de R\$ 9.779.887,82. Esse montante, inicialmente destinado a obras e equipamentos de informática, cobriu gastos de custeio e evitou medidas mais drásticas de economia que poderiam vir a afetar a atividade jurisdicional. A previsão é de que em 2017 os recursos do convênio voltem a ser investidos em obras e equipamentos de informática.

No contexto do limite imposto pela Emenda Constitucional nº 95, permanece necessária atenção para a permanente racionalização dos dispêndios.

Maiores economias - 2016



Em 2016, concentrou-se na aquisição de equipamentos de informática e na instalação das novas unidades e prédios – Santo Ângelo, Gravataí e Ijuí – e se constituíram em obras, mobiliário ergonômico e splits.

Para 2017 ainda é preciso contar com a possibilidade de ocorrência de mais contingenciamentos. Mas a estratégia adotada foi de cautela, permanecendo, para o primeiro semestre, vigentes as medidas de economia adotadas em 2016. Mantida a previsão sem cortes, será possível executar obras para instalação da nova sede da Subseção Judiciária de Santa Maria, iniciar as reformas dos prédios de Novo Hamburgo e Caxias do Sul e adquirir equipamentos de informática.

Os ajustes feitos a partir de 2017 foram fundamentais para alcançarmos uma redução de gastos significativa, o que somente foi possível em razão do esforço e da colaboração de todas as unidades. Era preciso que a Instituição se adequasse aos novos tempos e a missão foi cumprida.

Descrição de imagem



Gráfico informando os setores com maiores economias orçamentárias no ano de 2016 na Justiça Federal do Rio Grande do Sul.



Descrição de imagem
Infográfico com as principais ferramentas utilizadas na execução do Plano de Logística Sustentável.

Plano de Logística Sustentável

Na busca por tornar-se uma Instituição mais sustentável e com melhor ambiente de trabalho, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul elaborou o Plano de Logística Sustentável, conforme resolução CNJ nº 201/2015. Constitui-se em um plano para implementar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Foram realizadas ações na Instituição para chamar a atenção de todo o corpo funcional sobre a importância do consumo consciente e responsabilidade socioambiental, utilizando-se mensagens instantâneas em ferramentas de comunicação institucional, além da solicitação a magistrados, diretores de secretaria e SAJAs para que coordenassem ações de redução de consumo em suas respectivas unidades.

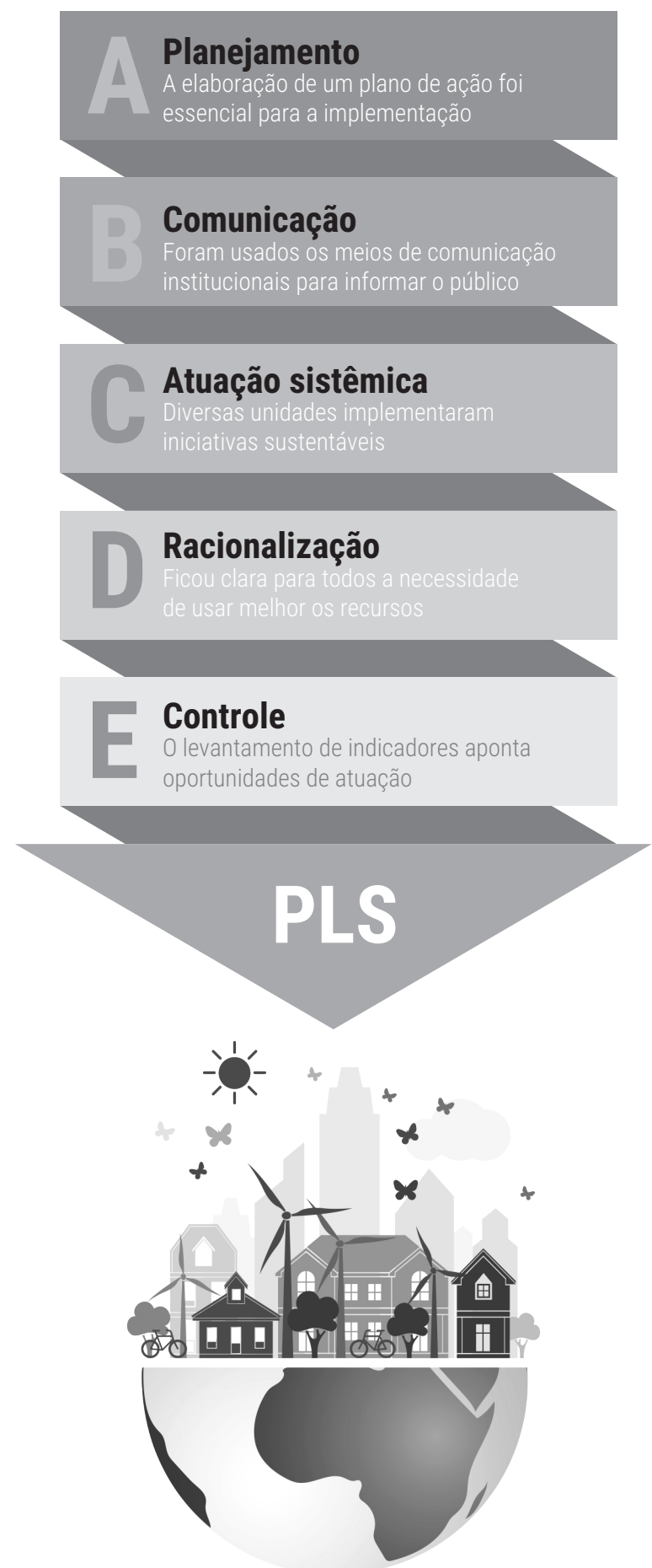
As subseções aderiram à ideia de atuação ambientalmente responsável, e muitas já implementaram ações para um uso sustentável dos recursos. Canoas reduziu horários de funcionamento de iluminação e está usando sensores de presença. As unidades foram orientadas para o desligamento de todas as luzes ao final do expediente e os prestadores da empresa terceirizada, a manter a iluminação ligada somente durante a execução dos serviços. A Subseção também reduziu o tempo e a intensidade de uso dos equipamentos de climatização.

Em Santa Maria, torneiras comuns foram substituídas por automáticas. As unidades da Subseção foram orientadas pela administração local a adequar o uso dos condicionadores de ar e luminárias, bem como a racionalizar o uso do serviço dos Correios.

A Subseção de Novo Hamburgo racionalizou o uso de toda a iluminação do prédio e jardins, orientou as unidades e otimizou o uso dos elevadores e da energia em computadores, impressoras, ar-condicionado, água, malotes, telefonia.

Em Cruz Alta, a atenção se direcionou para a redução do número de luminárias, resguardada a luminosidade necessária para o trabalho, desligamento de equipamentos sem uso, racionalização do uso de splits, reuso de água, priorização de uso de descarga econômica nos sanitários.

Atualmente, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul realiza levantamento mensal de indicadores sobre consumo e gasto para informação ao CNJ. Mesmo que ainda não desenvolvida na organização a cultura de acompanhamento de indicadores gerenciais, estão sendo dados os primeiros passos para que tal se estabeleça. Com o acompanhamento local dos indicadores, para além do atendimento da demanda de informação para a administração central junto ao CNJ, será possível fazer gerenciamento mais exato sobre o uso dos recursos na SJRS, identificando ajustes a aplicar e ações a realizar.



Unidades criadas, prédios instalados e editais publicados

Unidades Avançadas de Atendimento

Durante a Gestão 2015/2017 foram inauguradas 4 Unidades Avançadas de Atendimento: São Jerônimo (18/05/2016), São Luiz Gonzaga (20/07/2016), Camaquã (14/12/2016) e Canela e Gramado (28/03/2017). E já existe previsão para a instalação de mais uma UAA: a de Torres, em junho de 2017. Com isso, a Justiça Federal vem retomando a competência para processar e julgar processos com matéria originariamente federal que foi delegada à Justiça Estadual pela Constituição Federal (art. 109, §3º).

Varas Federais

Em 12/09/2016, foram instaladas a 2ª e 3ª Varas Federais da Subseção Judiciária de Gravataí, criadas pela Lei nº 13.282/2016. Na mesma data, foi também inaugurado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCON da referida Subseção. Em razão da instalação das unidades referidas, ampliou-se o espaço ocupado no imóvel onde está instalada a Subseção.

A Vara Federal da Subseção Judiciária de Ijuí, criada pela Lei nº 13.283/2016 foi instalada em 17/10/2016. Antes disso, a cidade já contava com uma Unidade Avançada de Atendimento.

A expansão da Justiça Federal visa ampliar a rede de atendimento da instituição no interior do Estado e tem-se mostrado fundamental para ampliar o acesso à Justiça, tornando-a mais próxima e acessível aos cidadãos.

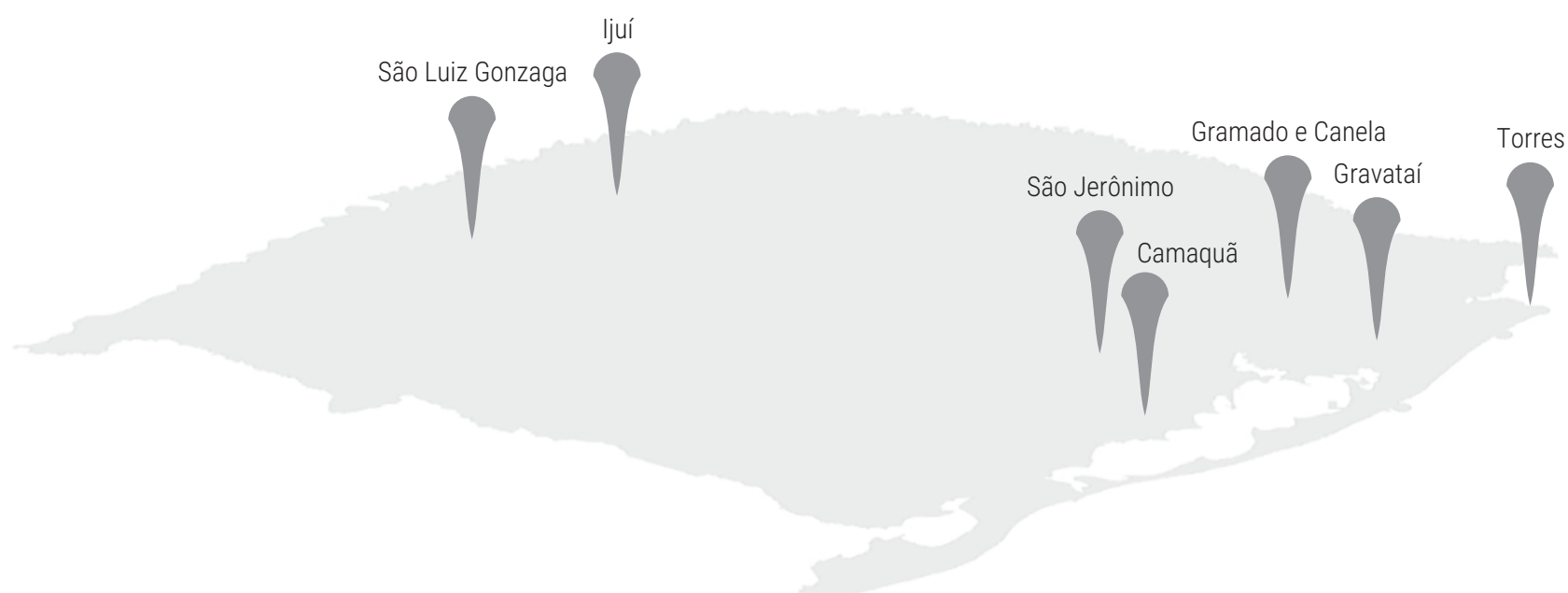
Locação de Prédios

Nesta gestão, foram locados os novos prédios das Subseções Judiciárias de Gravataí, Cruz Alta e Santo Ângelo, que foram construídos de acordo com as necessidades das unidades, por intermédio de Editais de Chamamento Público.

Foram publicados, também, Editais de Chamamento Público para a construção ou adaptação de prédio já construído para as Subseções de Cachoeira do Sul, Santana do Livramento, Pelotas e Lajeado, estando-se no aguardo da conclusão de seus trâmites.

Está em programação para ocorrer no segundo semestre de 2017 a troca das sedes das UAAs de Alegrete e Itaqui para outros prédios. A ação se dará por meio de cooperação com a Justiça Estadual, que cederá espaços nas sedes das comarcas.

Unidades instaladas na gestão 2015/2017



Descrição de imagem

Mapa do Rio Grande do Sul, com indicação das unidades instaladas na gestão 2015/2017.

Atuação sistêmica

Rede de Integração com outros Órgãos

Constituída em 2014 a partir da atuação do Projeto Estratégico Integração com Outros Órgãos, a rede pretende tratar as demandas – aí entendidas as necessidades, identificadas pelo público interno, de interação, comunicação ou acesso a bancos de dados – cuja solução exige atuação interinstitucional.

Diversas foram as ações nesse âmbito, destacando-se:

Grupo de Trabalho Interinstitucional

Nas atividades da Inspeção 2016 e no Seminário Ampliado realizado ao final de 2015, foi detectada a necessidade de aprimorar as relações institucionais entre a SJRS e outras instituições próximas.

A iniciativa, liderada pelo Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira reuniu um grupo de representantes das Varas Criminais de Porto Alegre, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal para buscar melhorias nos processos de trabalho que envolvem os três órgãos.

As dificuldades operacionais encontradas conduziram à necessidade do aperfeiçoamento da utilização do processo judicial eletrônico, dos procedimentos que envolvem o cumprimento de ordens judiciais, notificações e intimações, e dos procedimentos que são realizados durante o período do plantão judiciário.

O Grupo de Trabalho Interinstitucional mantém-se em constante comunicação através de meios eletrônicos e reuniões periódicas. As dificuldades que surgem são rapidamente discutidas e a solução encontrada em conjunto pelo grupo.

Intimações urgentes PGE, Cumprimentos em matéria de saúde com a SES, Perícias da competência delegada em POA, Cumprimento de alvarás de soltura por meio eletrônico

CCom a Procuradoria Geral do Estado do RS e com a Secretaria de Estado da Saúde foram firmados convênios que estabeleceram fluxos de trabalho para organizar e otimizar as intimações urgentes e os procedimentos de comunicação de decisões em ações de fornecimento de medicamentos. As intimações urgentes passaram a ser realizadas unicamente pelo eproc, sem a expedição de mandados.

Também foi firmado convênio com o TJRS para que as perícias médicas da competência delegada de POA fossem realizadas no SICOPREV. A ação, além de agilizar a realização desses atos, propiciou redução de dispêndio financeiro, já que foi projetada uma economia de R\$ 883.189,38 a R\$ 1.130.659,72 em 12 meses.

Outra ação para racionalização de procedimentos na interação com outros órgãos foi a decorrente do Convênio firmado com a

SUSEPE para cumprimento dos alvarás de soltura em todo o RS unicamente por meio eletrônico, eliminando os deslocamentos dos Oficiais de Justiça nessas oportunidades.

A Nova Execução Penal - Justiça Restaurativa

Dispondo sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, o CNJ editou a Resolução nº 225/2016. Ali se define que a Justiça Restaurativa se constitui como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado.

A perspectiva é humanista, e considera que cabe ao Poder Judiciário o permanente aprimoramento de suas formas de resposta às demandas sociais relacionadas às questões de conflitos e violência.

Já é patente que o modelo retributivo na aplicação das penas não tem conseguido atender às demandas da sociedade de pacificação social e redução da violência. Não atende às necessidades da vítima nem tem sucesso em coibir o crime. Na visão restaurativa, a dimensão humana está presente, criando espaço para a identificação das necessidades geradas pelo conflito/crime e a responsabilização dos afetados, direta ou indiretamente, para que se comprometam e contribuam para a resolução. No processo restaurativo, a punição não é um fim em si mesmo, estando o foco na reparação dos danos, na reorganização dos envolvidos e no fortalecimento da comunidade.

Justiça Restaurativa e alternativas ao encarceramento

A superlotação carcerária, o aumento crescente da criminalidade, a insatisfação com a justiça e a fragilidade do senso comunitário levam a repensar a forma como percebemos o crime e reformular o modelo de justiça.

A implantação de uma proposta de práticas restaurativas no âmbito da Justiça Federal tem sua origem em processos de reflexões e questionamentos cotidianos daqueles que atuam na área criminal e da execução penal, magistrados, servidores, técnicos da área do serviço social e da psicologia, e integrantes do Ministério Público Federal, numa perspectiva interdisciplinar. Foi partindo de uma visão integral, considerando os distintos saberes, que a proposta foi construída.

O Projeto de implantação da Justiça Restaurativa, que é inédito na Justiça Federal do RS – quiçá em todo o país – tem imenso potencial transformador, repensando a forma de perceber o crime e os modelos de solução de conflitos.

A Justiça Federal vem recebendo um número crescente de Inquéritos Policiais que envolvem pornografia infantil. Diante de tal realidade, elaborou-se a proposta para a aplicação de princípios restaurativos nos casos dos condenados por crimes previstos nos artigos 240 a 241-E, da Lei nº 8.069/90.

O projeto visa a incluir todos os implicados – ofensor, vítima e comunidade – transcendendo a ideia de apenas determinar a culpa e a pena ao executado (ofensor), para trazer à compreensão do ocorrido os danos causados pelo delito e avocar a responsabilidade de não reincidir.

A Justiça Restaurativa coloca as necessidades da vítima no ponto de partida do processo. A responsabilidade pelo ato lesivo e a obrigação de corrigir a situação devem ser assumidas pelo ofensor, que deixa de ser um criminoso estigmatizado para se tornar protagonista na solução do conflito e busca da solução do dano.

Em relação às vítimas – que são difusas, uma vez que as crianças e os adolescentes alvos desses crimes estão localizados em diversas partes do mundo – a ação do projeto se direcionará àquelas expostas à violência sexual atendidas por entidades parceiras. Essa ação se materializa com o direcionamento dos recursos da pena pecuniária aplicada nos autos. O trabalho desenvolvido com as crianças busca reparação e ressignificação dos danos causados pelos crimes sofridos, além de superação do sofrimento gerado pelas situações vividas, para ruptura desses ciclos de trauma e violência.

As intervenções direcionadas aos ofensores visam à responsabilização e reparação dos danos causados, buscando o comprometimento para não reincidência nos crimes cometidos e a colaboração, quando possível, na construção de alternativas para redução de práticas delitivas pelas quais foram condenados.

Para abarcar a comunidade afetada, está prevista a execução de campanhas informativas baseadas na Comunicação Não-Violenta, acerca da temática da pornografia infantil, em parceria com organizações que trabalham com o Ministério Público Federal no combate aos crimes virtuais e em projetos de conscientização do uso responsável da internet.

Projeto de Execução e Acompanhamento da Pena Restritiva de Direito: Limitação de Fim de Semana em Porto Alegre

Com o objetivo geral de possibilitar alternativas ao aprisionamento, redução de danos e a diminuição do índice de reincidência prisional, numa perspectiva de prevenção da criminalidade, a Limitação de Final de Semana - LFS é uma proposta resultante da parceria entre as instituições Fundação Patronato Lima Drummond, Superintendência dos Serviços Penitenciários e o Poder Judiciário - Justiça Estadual e Justiça Federal para o cumprimento regular da pena alternativa, visando à inserção social, à prevenção da reincidência e ao desenvolvimento de ações educativas.

A LFS é desenvolvida com intervenção técnica interdisciplinar de assistente social e psicólogo. A partir de dinâmica grupal, visa a proporcionar reflexão quanto à trajetória de vida, envolvimento criminal, situações que envolvem o delito cometido. O cumprimento regular da pena alternativa de Limitação de Fim de Semana ocorre aos sábados e domingos, das 8h às 13h.

Como instrumento eficaz de punição e responsabilização, a LFS contribui para a diminuição do efetivo carcerário – e redução dos custos de manutenção do sistema prisional. O Projeto estimula parcerias entre os operadores do Direito, a comunidade e as autoridades públicas, para que se crie uma rede social de apoio e monitoramento das penas e medidas alternativas, propiciando ao Poder Judiciário o apoio técnico-operacional-administrativo para o cumprimento da pena de LFS.

As penas e medidas alternativas têm caráter educativo e formativo do apenado, além de buscarem recuperação da cidadania com trabalho socioeducativo, a fim de reinseri-lo na sociedade, sem a necessidade de cercear sua liberdade. Percebeu-se a necessidade de contribuir para a criação de uma política clara e específica de prevenção da criminalidade e de redução dos índices de violência.

Justiça Inclusiva

O Projeto Estratégico Justiça Inclusiva elegeu a meta de implantar, até dezembro de 2016, sistemática de atuação para encaminhamento para tratamento e acompanhamento pela rede pública de pessoas dependentes químicas autoras de ações em que requerem benefícios previdenciários.

A abordagem do Projeto inovou no enfrentamento da dependência química. Tem impacto para a parte autora da ação, como dignificação do atendimento, acolhimento qualificado, vínculo. Tem impacto, também, para suas famílias, pois é fonte de orientação, suporte e responsabilização. Para terceiros indiretamente envolvidos com a pessoa em dependência química, o impacto é o de prevenir riscos a que estariam sujeitos na convivência. Representa auxílio à materialização dos direitos humanos e opera apoiando a efetivação e qualificação das políticas públicas, com aumento da integração do trabalho entre esferas correlacionadas - Judiciário, Ministério Público e rede pública de atendimento à saúde mental.

A base do Projeto está na adoção de uma visão humana dirigida ao autor da demanda judicial, abordando o problema da dependência química em suas várias facetas e apresentando oportunidade de escuta qualificada e encaminhamento para tratamento especializado junto à Rede de Atenção Psicossocial vinculada ao SUS. O acompanhamento do tratamento previsto no Projeto junto à rede de atendimento é realizado pelo mesmo profissional que acolheu o autor no seu ingresso.

Há inovação na iniciativa de aproximação com a rede de atendimento e de acompanhamento periódico dos tratamentos,

com corpo técnico especializado em dependência química, aumentando as possibilidades de sucesso da prática. O exame em cada caso é particularizado, sendo possível adequar o tempo de benefício à especificidade do quadro. O projeto contribui, ainda, para a qualificação da política pública de saúde, através da aproximação com os Gestores de Saúde do Estado e dos Municípios e com os Serviços da Rede de Atenção Psicossocial.

As ações previstas no projeto contribuem para a adesão ao acompanhamento terapêutico e consequente melhoria das condições de saúde e de qualidade de vida das pessoas dependentes químicas, fazendo cumprir com mais efetividade a função de dar solução ao litígio que se iniciou com a busca do benefício previdenciário.

Realizada ação piloto com 5 casos, a partir de dezembro de 2015, verificou-se que todos viviam em contextos pessoal e familiar extremamente complexos. Percebeu-se que participantes, familiares, advogados e serviços da rede aceitaram e valorizaram as ações do Projeto. O procedimento iniciou com uma triagem e o encaminhamento dos processos para a 26ª Vara Federal de Porto Alegre, onde foram verificados requisitos, tais como a condição de segurado. Em seguida, foram realizadas duas perícias, uma médica, normalmente conduzida por psiquiatra, e uma psicossocial, realizada por assistente social. Constatadas a situação de dependência e a incapacidade para o trabalho, agendou-se uma audiência onde, junto com a antecipação de tutela ou acordo, se ofereceu aos autores uma alternativa de tratamento de acordo com as suas necessidades e possibilidades. Após a primeira audiência, foi realizado o acompanhamento trimestral da evolução do tratamento dos autores junto à rede de atenção psicossocial.

O Projeto já tem mostrado resultados positivos. A adesão dos autores ao tratamento e melhora de suas condições de saúde e de qualidade de vida (benefícios que se estendem às famílias e à sociedade) é um deles. A aproximação do Sistema de Justiça com a política pública da saúde e contribuição para a qualificação da assistência prestada também é um produto do trabalho do Projeto.

É possível identificar que a participação de equipe técnica especializada em dependência química, a atuação em rede, com a participação do MP e da Procuradoria Federal junto ao INSS, e a aproximação da Justiça Federal com a rede pública de atendimento à dependência química (CAPS e Ambulatórios de Atenção Psicossocial) são fatores cruciais para os resultados positivos do Projeto.

O tema da dependência química é, todavia, complexo, e a rede de atendimento, ainda em fase de consolidação, é muito frágil. Alguns municípios nem mesmo contam com serviços públicos de atendimento psicossocial.

Desde o início da implantação do Projeto, em dezembro de 2015, já foram pautadas audiências em 154 processos, estando 139 pessoas em acompanhamento. Não compareceram às audiências ou não quiseram fazer acordo e aderir ao Projeto 11 pessoas, e somente 4 pessoas (2,9%) abandonaram o tratamento. Também foram realizadas 3 reuniões com os Serviços da Rede que participam do Projeto.

Conciliações em benefícios por incapacidade – Equipe de Trabalho Remoto da Procuradoria Federal

A ETR-BI é uma iniciativa da Procuradoria Regional Federal da 4 Região (PRF4) que busca priorizar e agilizar a instrução e o julgamento das ações de natureza previdenciária, utilizando-se a via autocompositiva de forma preferencial nos casos de incapacidade constatada e preenchimento dos requisitos legais ao recebimento dos benefícios. As propostas de acordo apresentadas pelo INSS contemplam o pagamento de até 100% dos valores atrasados, o que propicia maior interesse dos segurados na utilização da via conciliada. Nos procedimentos, tem sido utilizado o Fórum de Conciliação Virtual, ferramenta do eproc que permite tratativas simplificadas à distância e assíncronas, inclusive, com a participação de conciliadores quando necessário.

Foi instituído grupo de trabalho na SJRS para a realização de cálculos em processos vinculados à ETR-BI. O propósito foi de simplificar e agilizar o andamento das ações que tenham proposta de acordo encaminhada por meio do Fórum de Conciliação Virtual. A equipe recebe processos de unidades jurisdicionais de todo o estado e realiza os cálculos dos valores devidos conforme propostas apresentadas pela Procuradoria Federal.

Em relação à competência JEF-Benefício por Incapacidade, a homologação de acordos representou em 2016 mais de 10% do total de sentenças proferidas no período na Seção Judiciária do RS.

Projetos da carteira do Planejamento Estratégico

Agendamento de Perícias Médicas Cíveis

O projeto tem seu escopo voltado à implantação de método padronizado visando à redução dos prazos que envolvam a sistemática de produção e conclusão da prova médica pericial cível (excluídas as matérias previdenciária, ambiental e do Sistema Financeiro da Habitação – SFH) na Subseção de Porto Alegre, com centralização do gerenciamento. Também, busca viabilizar alternativas para suprir a carência de peritos médicos em áreas específicas, conforme demandas das Unidades Judiciárias.

A equipe do projeto, dentre outros desafios que envolvem a implantação, superou etapas de levantamento das demandas existentes, mapeamentos dos fluxos de trabalho envolvidos na marcação e realização das perícias e padronização de documentos a serem usados nos processos. Atualmente, o projeto está suspenso enquanto a liderança atua no redimensionamento da demanda e das soluções propostas.

Justiça Inclusiva

“Quando me ligaram para falar desse projeto, fiquei de boca aberta. Nunca pensei que alguém fosse se importar com a minha situação. Passei 21 dias internado por causa da bebida. Era ruim para o meu filho, pra toda a minha família. Agora, vou ter 12 meses para me focar na minha melhora.” Assim foi o relato de um participante do Projeto Justiça Inclusiva, que teve como meta – atingida no tempo programado – implantar, até dezembro de 2016, sistemática de atuação para encaminhamento e acompanhamento de partes dependentes químicas para tratamento pela rede de atendimento.

Focando nos benefícios de qualificação da prestação jurisdicional nas ações em que envolvidas partes dependentes químicas, humanização da atuação e prevenção de litígios, o Projeto está em implementação.

**Veja mais sobre o Projeto
Justiça Inclusiva na seção
Atuação Sistêmica**

Plantão

O projeto debruçou-se sobre padronização de procedimentos nas rotinas de plantões semanais e do recesso, com o objetivo de facilitar o trabalho de servidores e magistrados que desempenham essas atividades.

A trajetória, com a proposta de disponibilizar na Intranet, até 01/12/2016, fluxograma e modelos de documentos cíveis e criminais para uso nos plantões, iniciou pelo levantamento,

análise, revisão e complementação do material já produzido sobre plantão. A segunda grande etapa partiu para o desenho dos fluxos de trabalho das demandas cíveis e criminais nos plantões e a vinculação de modelos de documentos aos fluxogramas construídos.

A iniciativa culminou com a entrega de uma página na intranet, chamada Guia Auxiliar do Plantão, onde estão disponíveis diversas informações para os plantonistas. Destacam-se os modelos de documentos, o procedimento de plantão e os tutoriais em vídeo. Ainda, a equipe pensou em uma sistemática de atualização dos materiais desenvolvidos no projeto e ajustou, junto ao Núcleo de Apoio Judiciário, um treinamento semanal para os servidores que estarão de plantão.

Digitalização dos Autos Físicos

O Projeto Estratégico Digitalização dos Autos Físicos buscou racionalizar e facilitar o trabalho ao unificar o meio de tratamento das demandas judiciais, de forma que fossem processadas unicamente por meio eletrônico, evitando o processamento em papel.

O Projeto trabalhou a implantação de sistemática de digitalização de toda a SJRS. A partir de 2010, todos os processos passaram a ser ajuizados em meio eletrônico. O volumoso acervo em papel ainda tramitando tornou-se um entrave à agilização e, além disso, obrigou os operadores a manusearem múltiplas plataformas de trabalho, com o reflexo de tornar as atividades mais onerosas e, portanto, menos produtivas.

A equipe do Projeto, então, propôs sistemática para a execução do serviço: pesquisou os serviços já existentes no TJRS, no TRT4 e no TRF4, definiu as prioridades de digitalização, o fluxo de trabalho e implantou projeto piloto, o que permitiu ajustar os procedimentos.

Algumas das etapas da digitalização são executadas por pessoas deficientes auditivas que possuem desempenho de alta produtividade. O formato de atuação socialmente responsável traz o benefício de fomentar a empregabilidade de pessoas com deficiência.

**Confira mais informações sobre
o andamento das atividades do
projeto na seção sobre Atuação
Administrativa**

Descrição de imagem

- 1 - Logo do Planejamento Estratégico da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
- 2 - Mapa estratégico da Justiça Federal, apresentando a Missão, Visão, Valores, Macrodesafios, Tendências atuais e Cenário desejado.

Depósitos Judiciais

O projeto Depósitos Judiciais foi criado em 2013 dentro da carteira de projetos estratégicos da SJRS, disposto a realizar levantamento da existência de depósitos não destinados vinculados a processos judiciais arquivados, definir e implementar parâmetros de destinação desses depósitos e aprimorar os procedimentos de controles prévios à baixa.

Regionalizado em 2015, já entregou aos jurisdicionados e aos cofres públicos, mais de R\$ 570 milhões em depósitos judiciais que permaneciam sem movimentação em processos baixados de toda a 4ª Região.

Atualmente, o projeto segue com atuação na SJRS. No ano de 2017, houve a elaboração de uma nova planilha de processos que foi remetida às unidades judiciais para tratamento.

Central de Convênios e Consultas

O projeto, que está em fase de piloto, buscou definir uma sistemática que viabilize a centralização do cumprimento de ordens de consulta e constrição de bens em execuções fiscais e não fiscais na Subseção de Porto Alegre. Indicou, além da estrutura humana, física e tecnológica necessária para a montagem da central, os fluxos de trabalho otimizados para atender uma demanda constante e com grande volume.

Outros desafios, colocados como objetivos do projeto, foram os de garantir inteligência aos fluxos de trabalho e aumentar a efetividade das diligências de localização de pessoas e constrição de bens e reduzir o retrabalho decorrente da repetição de diligências idênticas em unidades diferentes.

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL

Missão: Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

2015

VISÃO DE FUTURO

Consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente

2020

Tendências atuais

- Incentivo às soluções alternativas de litígio;
- Aumento da quantidade de julgados;
- Julgamento de processos antigos;
- Melhoria do sistema criminal;
- Profissionalização da gestão;
- Intensificação do uso da tecnologia da informação;
- Probidade e combate à corrupção.

Cenário desejado

- Justiça mais acessível;
- Desjudicialização;
- Descongestionamento do Poder Judiciário;
- Probidade pública;
- Justiça tempestiva;
- Maior racionalização do sistema judicial;
- Valorização profissional;
- Melhoria da qualidade do gasto público;
- Equalização das estruturas de 1º e 2º grau de jurisdição;
- Disseminação da Justiça Eletrônica.

Sociedade

Garantia dos direitos de cidadania

Processos internos

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Adoção de soluções alternativas de conflito

Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Impulso às execuções fiscais e cíveis

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Recursos

Melhoria da gestão de pessoas

Aperfeiçoamento da gestão de custos

Instituição da governança judiciária

Melhoria da infraestrutura e governança de TI

Valores

ÉTICA

RESPEITO À CIDADANIA E AO SER HUMANO

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

TRANSPARÊNCIA

QUALIDADE

INOVAÇÃO

Atuação administrativa

Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano

O Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano atua a partir de dois grandes eixos: Saúde e Educação no trabalho.

As ações do NADH têm como objetivos gerais: **(1)** o cuidado e a prevenção da saúde, tanto com enfoque individual quanto coletivo, e **(2)** o desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais necessárias ao planejamento e execução das atividades laborais.

O público-alvo do trabalho do NADH é composto por servidores, magistrados, terceirizados e estagiários, somando 3.080 pessoas no RS. Os dependentes também são atendidos através das perícias médicas e atendimento odontológico.

A seguir, um resumo das principais ações promovidas pelo NADH no período compreendido entre julho de 2015 e março de 2017.

Ingressos e Desligamentos na JFRS:

O NADH atua em quatro formas de ingresso de pessoas na JFRS:

1. Exames de aptidão física e mental de servidores (médicos clínico e psiquiatra) e entrevista de ingresso com psicólogos, sendo que, no período, foram efetuados 119 exames.
2. Exames de aptidão física e mental e avaliação psicológica no Concurso de Juiz Federal Substituto, em apoio ao TRF4, realizados em maio/2017;
3. Seleção de estagiários para a capital: foram realizados 37 processos seletivos, incluindo a elaboração de editais, divulgação para as instituições de ensino, homologação de inscrições, aplicação e correção de provas e divulgação de resultados.
4. Convocação, entrevista de ingresso e desligamento de estagiários: 578 entrevistas de ingresso e desligamento.

Acompanhamentos de Saúde:

Um dos desafios a que se propõe o NADH é desenvolver uma abordagem integral e interdisciplinar da saúde. Isso significa que a atuação, nesse quesito, está baseada no conceito de que o bem-estar depende de uma série de variáveis que precisam ser abordadas através de diferentes metodologias de trabalho.

1. Acompanhamentos individuais com a Psicologia:

A organização do trabalho favorece o bem-estar individual e coletivo quando permite que as normas que regem as relações e os processos de trabalho sejam construídas de forma participativa e democrática. Cada servidor possui uma faceta do trabalho sob sua gestão. A excessiva hierarquização do planejamento e da execução do trabalho faz com que o

trabalhador vá progressivamente perdendo o sentido do seu trabalho. A saúde é também consequência de modos de gestão.

Com esse sentimento de inadequação ao contexto laboral como queixa, realizaram-se diversos atendimentos individuais. Muitos ensejaram relotações. A instituição ainda precisa avançar na constituição de fóruns que discutam os impactos dos atuais modelos de organização do trabalho sobre a saúde de seus servidores e magistrados. Seu fim precípua é menos de equiparar-se a uma empresa, atada à cultura do resultado e do desempenho, que reverenciar os valores constitutivos que lhe são próprios. O ato de julgar obedece mais a critérios éticos e políticos do que contábeis. A busca pela qualidade e a sensação do trabalho bem feito podem contribuir para a saúde no trabalho quando a preocupação não está centrada somente na produtividade numérica.

Outras demandas também se apresentaram sob a forma de retorno ao trabalho após licenças-médicas, assuntos particulares, aconselhamento. Em alguns casos, houve a necessidade de encaminhamento para acompanhamento psicológico ou médico.

2. Acompanhamento médico para orientação a servidores: 29;

3. Acompanhamentos e avaliações psiquiátricas: 178;

4. Atendimentos de enfermagem: 2.269;

5. Atendimentos médicos de urgência: 1.478;

6. Atendimentos odontológicos: 1.542 consultas / 3.166 procedimentos;

7. Homologação de atestados médicos: LTS - 3.089 / LTPF - 688;

8. Inspeções para Homologação de Licenças Saúde: 212;

9. Perícias LTS + 120 dias (Junta Médica): 55;

10. Perícias inv. e inclusão dependentes (Junta Médica): 11;

11. Perícias recadast. e isenções IRRF (Junta Médica): 12;

12. Perícias: domiciliar / hospitalar (Junta Médica): 2;

13. Trâmites administrativos: LTS, LTPF, AS, LG: 3.795;

14. Perícias: redução da carga horária para pessoas com deficiência (Junta): 5;

A Lei 13.370/2016 alterou o art. 98 da Lei 8.112/90, § 3º, que trata do horário especial. A partir da publicação da normativa, servidores com deficiência ou que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência, passam a ter direito ao horário especial, independentemente de compensação do horário e sem prejuízo da remuneração. Cabe à Junta Médica avaliar se o servidor ou dependente é considerado pessoa com deficiência e se há necessidade de redução de horário. A matéria foi

encaminhada ao Conselho de Administração do TRF4, enquanto resta pendente a regulamentação em nível nacional.

Apoio às Equipes:

1. Acompanhamento de equipes – Seção de Psicologia: a Seção de Psicologia - SPSI - realiza um trabalho de acompanhamento de equipes, tanto na capital quanto no interior, a partir do ponto de vista de que as discussões coletivas sobre a organização do trabalho contribuem para o fortalecimento e expansão do poder de agir dos trabalhadores, o qual é indicativo de saúde.

A saúde vai além da simples ausência de sintomas, o trabalho pode auxiliar no bem-estar ou provocar adoecimento. Cada trabalhador é gestor de seu trabalho, o que significa dizer, na prática, que não existe uma gestão centrada no topo da hierarquia, cujo gestor possua poder de prever e prescrever a imensa variabilidade que o ato de trabalhar comporta. Como o trabalho é sempre coletivo, expandir o poder de agir é tentar democratizar normas, regras, critérios que regem as relações de trabalho. O enfoque da promoção de saúde no trabalho é criar condições psicossociais que favoreçam os servidores a refletirem sobre a atividade que desenvolvem e, coletivamente, a conceberem ações para o enfrentamento de questões e dificuldades. Realizaram-se reuniões de acompanhamento com dez equipes.

De maneira ainda bastante incipiente, envidou-se esforço para integrar com a SPGE as atividades de acompanhamento de equipe realizadas pela SPSI. O formato concebe a elaboração de um roteiro de intervenção e acompanhamento.

2. Acompanhamento de estagiários: foram realizados 44 grupos de acompanhamentos de estagiários, nos quais foram discutidas questões pertinentes a cada local, modificações necessárias e dificuldades encontradas. Quando necessário, os assuntos foram levados ao diretor e/ou supervisores das unidades. O acompanhamento dos estagiários se justifica na medida em que, ainda que muitas vezes os sejam considerados uma força de trabalho comum, o espírito do Programa de Estágio da Justiça Federal é de propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem aos estudantes, constituindo-se instrumento de integração, em termos de treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. Na medida em que a JFRS oferece ao estudante a oportunidade de aprimorar os conhecimentos adquiridos na instituição de ensino, também recebe deles uma valorosa contribuição à prestação jurisdicional. No dia do estagiário, 24 de agosto de 2016, foi realizada palestra com o tema “Porque planejar a carreira é importante”, com transmissão por videoconferência para as Subseções do interior.

3. Outdoor Training: está em fase final de formatação uma proposta aprovada pela DF para realização de Outdoor Training para grupos de servidores e magistrados. Está prevista para o

segundo semestre de 2017 a realização de 6 turmas de 20 pessoas.

Ações de Inclusão e Cidadania:

1. Programa de Trabalho Educativo: O programa oportuniza aos adolescentes egressos da FASE uma vivência no mundo do trabalho e o exercício da cidadania por meio da experiência do trabalho educativo desenvolvida nas dependências da Justiça Federal. Do ponto de vista do jovem, é uma possibilidade de superação de entraves sociais pela experiência de vida em outro contexto capaz de fornecer elementos que sirvam de suporte à reconstituição de uma cidadania usurpada, bem como ao desenvolvimento de um protagonismo social. Para magistrados, servidores e estagiários, representa a oportunidade de conviver com a diferença e de contribuir no combate ao estigma, ao preconceito e à discriminação – em suas mais variadas faces. Os jovens são inseridos nos processos de trabalho e auxiliam a prestação jurisdicional – meio apto, entre outros, a mitigar as mazelas sociais que favorecem o ciclo da transgressão, detenção, julgamento e aplicação de medidas sócio-educativas.

Em 16 anos, 121 jovens já participaram do Programa.

No período 2015 – 2017, foram realizadas entrevistas coletivas de seleção, reuniões com supervisores e acompanhamento dos jovens em grupo e individualmente. O convênio com a FASE foi renovado por mais cinco anos. Os jovens participam de atividades em conjunto com o PET (Programa de Educação pelo Trabalho) do TRF4 e estão sendo realizadas reuniões para aprimoramento da parceria com a Corte.

2. Participação na Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão: Prevista pela Resolução nº 230/16-CNJ e instituída na Justiça Federal da 4ª Região pela Portaria nº 893/16-TRF4, a CPAI tem como objetivo planejar, fiscalizar, elaborar e acompanhar ações direcionadas à promoção da acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência, bem como enfrentar todo tipo de barreiras que restrinjam seus direitos e liberdades fundamentais assegurados pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Outra missão fundamental da nova Comissão Permanente é a de superar, na Justiça Federal da 4ª Região, o preconceito e a discriminação experimentados pelas pessoas com deficiência.

No dia 21 de novembro, realizou-se, na sede da SJRS, reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 4ª Região. Foram convidados a participar todos os servidores que ingressaram na JFRS em vagas destinadas a Pessoas com Deficiência. Esta reunião teve por objetivo dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde a instauração da comissão em outubro. Ações pontuais estão sendo implementadas, no âmbito da JFRS, a fim de melhorar o acesso de servidores a sistemas e do ponto de vista da

ergonomia. Uma dessas ações é, por exemplo, a inserção de legendas nos cursos em EAD produzidos pela JFRS, possibilitando o acesso à capacitação das pessoas com deficiência auditiva.

A próxima ação da Comissão será voltada a escutar os usuários externos da JFRS, a fim de identificar os pontos em que a acessibilidade precisa ser aprimorada.

Ações de Qualidade de Vida e Prevenção em Saúde

1. Programa de Preparação para Aposentadoria: O momento da aposentadoria representa uma mudança bastante radical na vida das pessoas, uma vez que é realizada a ruptura com o que, para muitos, é a principal ocupação de suas vidas. O programa proporciona aos servidores que estejam próximos da aposentadoria um espaço de reflexão e elaboração para que se preparem para essa nova etapa. Pela primeira vez foi disponibilizado para funcionários na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Com o intuito de otimizar recursos, o programa foi realizado de forma conjunta com o TRF4, que já o oferecia há três anos. O trabalho foi desenvolvido em grupos mensais com a participação de 16 servidores da JFRS (interior e capital). Foram nove encontros durante o ano de 2016. As atividades incluíram exposição dialogada, oficinas, exercícios de grupo para discussão e reflexão dos diversos temas abordados, bem como a troca de depoimentos e experiência dos participantes.

2. Campanha de Vacinação contra Gripe: em 2016, foram ressarcidos os valores correspondentes à vacina a 237 pessoas. Em 2017, foi realizada licitação para contratação de empresa para a aplicação das vacinas e foi autorizada a ampliação do público, que passou a incluir terceirizados e estagiários.

3. Setembro Amarelo: Após promover, em anos anteriores, a conscientização sobre o câncer de mama e de próstata através da adesão aos movimentos Outubro Rosa e Novembro Azul, a SJRS ingressou, em 2016, na campanha Setembro Amarelo, cujo objetivo é falar sobre o suicídio como forma de alertar sobre sua realidade no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, nove em cada dez casos poderiam ser prevenidos se existisse oferta de ajuda voluntária ou profissional. A campanha Setembro Amarelo pretendeu discutir a temática e oferecer informações para promover a prevenção ao suicídio. O NADH organizou a palestra "Trocando ideias sobre transtornos de humor", na capital, com médico psiquiatra Daniel Chaves Vieira, para público estimado em 100 participantes, que foi transmitida por videoconferência para o interior do estado. Além disso, providenciou a iluminação do prédio em amarelo e distribuiu laços amarelos e 300 folders informativos. A SECOS ficou responsável pela divulgação de material informativo na Intra.

4. Outubro Rosa: iluminação do prédio em rosa, distribuição de laços da mesma cor, arranjos de flores e sombrinha rosa nas portarias e no hall do prédio, apresentação do coral e foto coletiva

na escadaria do prédio, com 150 participantes. Mini palestra com funcionários terceirizados sobre o tema, com 90 pessoas presentes.

5. Novembro Azul: iluminação do prédio em azul e distribuição de folders informativos. Um dia de atenção aos terceirizados, com 35 atendimentos (sexo masculino, com idade superior a 40 anos), para conscientização sobre prevenção de diabetes e doenças cardiovasculares (Dia Mundial do Diabetes). Caminhada no parque Harmonia, com 25 participantes. Adesão à campanha de doação de livros.

6. Programa Saúde Legal: 804 pessoas participaram da 1ª Etapa e foram realizadas 328 consultas com os médicos da JFRS. A 2ª etapa foi iniciada em abril de 2017.

7. Ginástica Laboral: em 2016, todas as Subseções do interior foram atendidas, com adesão de 63,3%. Em 2017, a retomada da laboral, na capital, está prevista para junho.

8. Programa de Valorização do Tempo de Serviço:

2015: 181 pessoas homenageadas.

2016: 279 pessoas homenageadas.

2017: 146 pessoas homenageadas.

Teletrabalho

O teletrabalho é regulamentado pela Resolução nº 134, de 12 de dezembro de 2016, do TRF4.

Atualmente, são 162 servidores em teletrabalho na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Ao longo da gestão, foram realizados acompanhamentos individuais e em grupo de servidores e chefias.

Verificou-se, nos encontros grupais, uma importante troca de experiências e discussão de soluções para problemas enfrentados. Em agosto de 2015, foi realizada a primeira Oficina sobre Teletrabalho. Na época, 28 servidores estavam atuando em teletrabalho. O segundo encontro foi realizado em maio de 2016.

Os assuntos abordados nos encontros ensejaram a realização de vídeo institucional sobre o tema, disponível em "<http://intrars.trf4.jus.br/noticia/programa-de-acompanhamento-do-teletrabalho-realiza-encontro-de-servidores/>". Ademais, foi criada comunidade da intranet, a qual propiciou maior debate e encaminhamento de sugestões para a nova resolução que regulamentou o teletrabalho, publicada em dezembro de 2016.

Capacitações Gerenciais

1. Acompanhamento Psicológico no Vitaliciamento: O NADH é responsável pelo acompanhamento psicológico no Programa de Vitaliciamento, desenvolvido numa parceria entre Área de Saúde do TRF4 e Seccionais, conforme Portaria nº 1026/15. A atividade está estabelecida no Regimento Interno e no Assento Regimental

nº 1/2013, art. 370, § 5º, da Corregedoria Regional. O acompanhamento acontece e poderá acontecer de forma individual e coletiva. A etapa grupal foi credenciada como capacitação pela ENFAM e aborda diversos temas relativos à gestão de pessoas e saúde.

2. Programa Competências Coletivas (para Diretores de Secretaria e Núcleo e Juízes Substitutos):

2015: Conclusão do Nível Avançado da Turma M (80 horas de formação para 18 pessoas).

2016: Execução do Nível Básico da Turma N (76 horas de formação para 12 pessoas).

2017: Introdução do Nível Avançado da Turma N (76 horas de formação para 11 pessoas), com os seguintes módulos: Gestão da Mudança Pessoal e Organizacional; Visão Sistêmica e Questões Complexas; Gestão de Pessoas; Saúde Integral e Trabalho e Ciclo de Aprendizado e Celebração.

3. Programa Upgrade (para Diretores de Vara já formados no Competências Coletivas e Juízes Titulares):

2015: Execução da Edição 1 (36 horas de formação para 42 pessoas - somente Diretores).

2016: Execução da Edição 2 (48 horas de formação para 22 pessoas).

2017: Introdução da Edição 3 (52 horas de formação para cerca de 20 pessoas) e Extensão da Edição 2 (12 horas de acompanhamento para 22 pessoas).

Tanto no Competências Coletivas, quanto no Programa Upgrade, em 2016, a partir de demanda da Direção do Foro (gestão 2015/2017), passou-se a contar com a participação dos magistrados, o que o NADH entende como um avanço, na medida em reflete o entendimento de que as temáticas relativas à gestão de pessoas dizem também respeito aos juízes. Trata-se de um reconhecimento institucional acerca da importância da participação dos magistrados no dia-a-dia das equipes das quais fazem parte. Além disso, a ampliação da participação está alinhada aos programas que já estavam em andamento, como o

Curso de Formação, o Vitaliciamento e o Gerencial para Magistrados, organizado pela Corregedoria Regional.

Capacitações e Treinamentos

1. CEDUCORP:

2016:

1.1 Elaboração do Itinerário Formativo de Matéria Tributária para a 4ª Região (concepção de 12 novos cursos). ;

1.2 Execução de 15 cursos em EAD – 1.022 pessoas capacitadas;

1.3 Execução de 2 cursos presenciais do Itinerário Tributário – 51 pessoas capacitadas.

2017:

1.4 Elaboração e execução do curso Linguagem e Argumentação Jurídica do Itinerário Tributário em modalidade semipresencial (para servidores da JFRS e do TRF4). Execução prevista para setembro.

1.5 Execução de 4 cursos sobre Novo CPC - 600 vagas, além dos cursos da tabela abaixo.

1.6 Realização da fase de testes do Curso Autoinstrucional sobre Videoaudiências.

2. Ações no âmbito da JFRS:

2.1 Concepção e Execução de formação semipresencial para SAJAs/DAJAs. Ao longo da última gestão, a Direção do Foro e o NADH identificaram a necessidade de uma formação educacional específica para os servidores da área administrativa das Subseções. A formação prevê uma série de módulos. Dois deles estão sendo executados ao longo do primeiro semestre.

2.2 Curso Presencial sobre Tornozeleiras Eletrônicas: Previsto para ocorrer em junho/2017.

2.3 Programa de Capacitação Jurídica (cursos de atualização para servidores da área judicial): Ressarcidos 235 cursos Esmafe/Verbo Jurídico. Em 2017, o programa teve início em abril.

2.4 Programa de Capacitação Administrativa (cursos de atualização para servidores da área administrativa):

Curso	Modalidade	Período
Redirecionamento da Execução Fiscal	EaD	07-28/08/2017
Plantão	EaD	14/08-01/09/2017
NCPC e Direito Tributário	EaD	09-27/10/2017
Documentação e Processo Fiscal – Tributário (elaboração e execução)	EaD	06-27/11/2017
Provas - Previdenciário	EaD	27/11-08/12/2017
Processo Judicial Tributário (elaboração e execução)	Curso presencial	2º semestre/2017
Temas Atuais em Legislação (elaboração e execução)	Curso presencial	2º semestre/2017

Tabela item 1.5 - Cursos realizados

2015: Custeio de 75 participações com frequência certificada;
2016: Custeio de 47 participações com frequência certificada;
2017: Execução em andamento.

2.5 Programa de Apoio à Participação em Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (até 60% do custo com matrículas e mensalidades):

2015: Reembolso em benefício de 20 servidores;
2016: Reembolso em benefício de 21 servidores.

2.6 Concessões do Adicional de Qualificação por formação (graduação e pós-graduação):

2015: 29 concessões de AQ.
2016: 146 concessões de AQ.
2017: 3 concessões de AQ.

Agentes de Segurança:

Anualmente, o NADH organiza ações específicas para os 95 agentes de segurança da SJRS.

Em 2016, foi publicada uma nova regulamentação, a Portaria 860, de 8 de julho de 2016, que elaborou novos critérios para as capacitações técnicas e de saúde. Uma das principais mudanças foi que o para exame detecção de drogas, que antes era realizado pela urina, passou a ser feito pelo fio de cabelo, aumentando a janela de detecção.

Anualmente, todos os servidores do cargo passam por avaliação clínica e capacitação técnica.

Em razão da restrição orçamentária, em 2016, pela primeira vez, a capacitação foi realizada em EAD. Para 2017, está prevista uma modalidade semipresencial.

Em 2016, a pedido de diversos Diretores de Foro do interior do Estado, o NADH organizou um segundo processo seletivo para recomposição do Grupo Especial de Segurança. Vinte servidores participaram das três fases do processo: avaliação clínica, avaliação psicológica para porte de arma e capacitação técnica, que está em fase de encerramento.

Além disso, o NADH também coordena os trâmites relativos aos portes de arma do Grupo Especial de Segurança. Atualmente, 24 servidores possuem porte de arma.

Núcleo de Apoio Administrativo

As principais atribuições do Núcleo de Apoio Administrativo – NAA estão ligadas à gestão do acervo de patrimônio da JFRS e dos itens de almoxarifado, o processamento de todas as contratações e aquisições da Seção Judiciária, contemplando licitações, contratações diretas – inexigibilidades e dispensas de licitação –, contratos administrativos e seus reflexos – reajustes, repactuações, informações para instrução de reclamações trabalhistas, aplicação de penalidades aos fornecedores, instrução de impugnações, atas de registro de preços e operação de pregões.

Em especial, no ano de 2016, face às dificuldades orçamentárias, foram realizadas pelo núcleo diversas negociações com contratados, com o intuito de afastar a incidência do reajuste contratual ou minimizar os percentuais a serem aplicados, obtendo-se significativo sucesso e consequente economia de recursos públicos.

O núcleo se envolveu, na gestão 2015/2017, por conta de suas atribuições, na instalação de 3 varas federais (2ª e 3ª Varas de Gravataí e 1ª Vara de Ijuí), 4 Unidades Avançadas de Atendimento (Gramado e Canela, São Jerônimo, São Luiz Gonzaga e Camaquã - ainda há a UAA de Torres com previsão de instalação, totalizando 5 novas UAAs) e na entrega de 2 novos prédios para subseções do interior. Além disso, foram lançados editais de chamamento para a locação de novas instalações para as cidades de Lajeado, Cachoeira do Sul, Santana do Livramento e Pelotas.

Veja mais na seção Unidades criadas, prédios instalados e editais publicados.

Núcleo de Apoio Judiciário

O Núcleo agrega uma multiplicidade de tarefas de fundamental importância à Instituição. Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas, destacam-se o apoio operacional aos usuários do eproc, às videoaudiências (3 salas passivas), ao protocolo de petições (de processos físicos), à autuação e digitalização de cartas precatórias, rogatórias e de ordem, à distribuição de processos oriundos da Justiça Estadual, à emissão de certidões, ao atendimento ao público e advogados, peritos e procuradorias de órgãos públicos, assim como a apoio às varas de toda a SJRS.

O NAJ também está responsável pelas atividades de atermamento de demandas e pela assistência judiciária voluntária.

O Núcleo conta hoje com a Central de Execuções Penais, a Seção de Serviço Social e, atualmente, desenvolve projeto-piloto de implantação da Central de Convênios e Consultas.

Veja mais na seção Equalização de demanda e otimização das Estruturas e na seção sobre os Projetos Estratégicos.

Núcleo de Apoio Operacional

O Núcleo de Apoio Operacional realiza a administração de diversas áreas da estrutura de operação da SJRS. Gerencia os contratos terceirizados de limpeza, manutenção predial – teleinformática, elétrica, hidráulica, elevadores, ar-condicionado, prevenção de incêndios – e segurança predial em todo o Estado. Faz, também, o gerenciamento da destinação do lixo orgânico, seco e hospitalar e cuida do acompanhamento de audiências e segurança de juízes, da movimentação de valores, armas e munições por meio do Grupo Especial de Segurança - GES. Trata do gerenciamento da frota de automóveis e do transporte de juízes, servidores, terceirizados, além de cargas e materiais. Trabalha com a gestão da telefonia fixa e móvel e com a expedição e malotes na Capital e interior.

É responsável, ainda, pela projeção e administração de obras na Capital e no Interior, tendo atuado, diretamente, em concerto com outras áreas da Administração, para viabilizar a inauguração de prédios-sede, UAAs e varas federais.



**Veja mais em Unidades criadas,
prédios instalados, editais
publicados.**

No interior, foram realizadas obras de melhoria na fachada do prédio em que se encontra instalada a Subseção de Novo Hamburgo e reformado o subsolo do imóvel que abriga a Subseção de Passo Fundo. Também foram instalados nas subseções armários eletrônicos guarda-objetos e portais detectores de metais destinados às áreas de portaria e segurança.

Em Porto Alegre, foram realizadas melhorias de substituição da caixilharia e da vidraçaria em algumas fachadas, reformas e pinturas – sala de reuniões do Planejamento Estratégico, instalação hidráulica para purificadores de água no SICOPREV, Seção Médica/NADH, CAP/NAJ e Turmas Recursais, restaurante, cafeteria, guaritas de segurança, Biblioteca, divisórias, portas acústicas, leiautes, estacionamento dos juízes.

Foram realizados reparos no estacionamento da sede de Porto Alegre, como terraplenagem do terreno e fechamento de buracos, com o uso de pedra britada. Essa ação se deu com a maior frequência possível, considerando-se o seu elevado custo. Também foi revitalizada a pintura das sinalizações e confeccionada calçada, a fim de facilitar a circulação. As podas das árvores nativas são feitas anualmente com a colaboração da Prefeitura Municipal e é mantida pela SJRS a iluminação em todo o estacionamento. Além disso, está sendo feito levantamento de usuários dos estacionamentos, para aprimoramento da segurança.

Núcleo de Cálculos Judiciais

O saldo de processos para análise no Núcleo de Cálculos Judiciais (NCJ) diminuiu de 2.793 para 2.247 no período, o que representa uma redução de 24%. Já o prazo médio de permanência dos processos no Núcleo foi reduzido de 34 para 30 dias, representando uma diminuição de 13%. Na gestão que ora se encerra, foram remetidos 47.824 processos para as Contadorias da SJRS que integram o NCJ, tendo sido analisados e devolvidos 49.024 processos para as Varas.

A equipe do Núcleo foi qualificada por meio de cursos in company custeados pelo programa “Levantamento das Demandas de Capacitação na Área Administrativa”, mantido pela SJRS. Foi dado continuidade ao processo de especialização dos servidores do NCJ por matéria de cálculo, o que refletiu no aumento da sua produtividade.

O NCJ concluiu a implementação das diretrizes previstas no Provimento nº 33, do TRF4. A nova sistemática otimizou os recursos humanos e materiais voltados à elaboração de contas existente na SJRS, propiciando que servidores calculistas lotados em Subseções Judiciárias com menor demanda fossem temporariamente realocados para auxiliar aquelas Contadorias que possuíam um saldo maior de processos, de forma a manter uniforme o prazo de atendimento dos cálculos em toda a Seção Judiciária.

O Núcleo alocou servidores para atuarem no grupo de trabalho criado pela Portaria nº 1.603/2016, da Direção do Foro, o qual é responsável pela realização de cálculos em processos relativos à concessão e restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade nos quais haja proposta de acordo formulada no “Fórum de Conciliação Virtual”.

Na gestão que ora se encerra, o NCJ desenvolveu e disponibilizou no site da JFRS três novos programas para a elaboração de cálculos judiciais, destinados ao público em geral, totalizando agora 14 programas na Internet. Dentre os novos, se destaca o FGTS-NET, que é específico para a ação em que é pleiteada a substituição da TR por outro indexador de correção monetária no cálculo dos rendimentos das contas vinculadas de FGTS. Esse programa teve uma grande repercussão e está sendo utilizado em todo o Brasil, como demonstram as centenas de e-mails recebidos pelo Núcleo.

Em 2016, o NCJ ministrou um curso de cinco dias sobre cálculos previdenciários direcionado para Advogados, no qual foram informados os documentos necessários para elaboração da conta e demonstrados os programas disponibilizados no site da JFRS. O evento ocorreu de 28/11 a 02/12/2016 no auditório do prédio-sede da Justiça Federal em Porto Alegre e teve cerca de 200 participantes.

Núcleo de Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno executa análise, verificação e acompanhamento da gestão financeira, orçamentária e patrimonial, visando à utilização regular e racional dos recursos públicos.

O foco da atuação é a prevenção de irregularidades nos processamentos administrativos de todas as ordens, desde os relacionados a compras e contratações até os relacionados a diárias, folhas de pagamento e benefícios diversos.

Núcleo de Documentação e Memória

O Núcleo de Documentação e Memória e Memorial da Justiça Federal do RS têm por atividades rotineiras as seguintes ações:

- Preservação: arquivamento, restauração e indexação de documentos, processos e material bibliográfico;
- Pesquisa: bibliográfica e processual;
- Avaliação: análise para guarda e eliminação de acervos;
- Conversão de suporte: digitalização e degravação;
- Disponibilização: acervo de processos históricos (ATOM), acervo bibliográfico, Revista, eventos expositivos, ações educativas, consulta e fornecimento de cópias de peças processuais às partes ;
- Comunicação: Revista eletrônica, eventos expositivos, ações educativas.

O NDoc atua na preservação, pesquisa, avaliação, conversão de suporte, disponibilização e comunicação da documentação judicial e administrativa da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A informação contida nos documentos produzidos e recebidos no cumprimento de atividades da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul é avaliada pelos seus valores probatório, financeiro e histórico.

O Núcleo atua na qualificação da informação jurídica, realizando pesquisas bibliográficas, efetivando, ainda, a atualização do acervo de livros e revistas jurídicas à disposição da instituição.

Exerce atividades relativas à conversão de suporte (digitalização e classificação) de autos físicos – Siapro, para o sistema eproc, bem como gerencia as degravações de vídeos e áudios de audiências para texto.

Disponibiliza, ainda, o acervo documental para consulta, cópias e pesquisa por meio físico e por meio de sistema (ATOM), assegurando ainda a consulta e extração de cópias.

Por fim, atua na criação e execução de eventos e exposições temáticas no Memorial da Justiça Federal do RS, bem como na publicação periódica da revista eletrônica Autos&Baixas, objetivando comunicar à sociedade em geral as competências e os resultados da atuação da Justiça Federal, fomentando, assim, a divulgação das competências institucionais e sua efetividade junto à sociedade gaúcha e brasileira.

Em consonância com as atividades relativas ao arquivamento, preservação, avaliação, disponibilização, guarda e eliminação de acervos judiciais e administrativos, regulamentadas por políticas nacionais de Gestão Documental, procede ao recolhimento direto de documentação judicial e administrativa da Subseção de Porto Alegre e, ainda, padroniza e promove a avaliação documental das Subseções do interior.

Mantém o acervo organizado e a informação atualizada utilizando sistemas específicos: SEI e GEDOC para a documentação administrativa e Siapro e eproc para a documentação judicial.

Digitalização dos Autos Físicos

A digitalização dos autos físicos, conversão de suporte de papel para meio eletrônico, ocorre na Seção Judiciária do RS em duas unidades, Centrais de Digitalização de Porto Alegre e Novo Hamburgo, que contam com estrutura de terceirizada, FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, para a realização de uma parte do processo de trabalho. As etapas de higienização e digitalização dos processos são executadas pela mão de obra terceirizada, enquanto a classificação, atividade que consiste na definição de como os documentos aparecerão no processo eletrônico, é feita por servidores e estagiários da JFRS.

Esta atividade decorre de projeto estratégico institucional, que tratou da elaboração e implementação de uma sistemática de digitalização na SJRS, e foi desenvolvido sob a liderança do Juiz Federal José Luiz Luvizetto Terra. Após o encerramento da iniciativa as atividades entraram na rotina da Instituição e foram entregues ao Núcleo de Documentação e Memória que, além de operacionalizar as atividades, também realiza gerenciamento e fiscalização do contrato da Feneis. No RS existem duas centrais de digitalização instaladas que atendem a todo estado, ambas contam com mão de obra terceirizada. A produção mensal, referente a abril de 2017, foi de 257.653 páginas, que correspondem, aproximadamente, a 1.256 processos mês. Em algumas Subseções do interior, onde se disponibilizou a licença do sistema E2SCAN, a digitalização é exercida por servidores e estagiários. Ao todo, no ano de 2016, foram digitalizados na Seção Judiciária 18.879 processos.

Depósitos Judiciais

Desde 2013, o Projeto Estratégico Depósitos Judiciais vem desenvolvendo diversas ações objetivando destinar valores existentes em processos já arquivados. O Núcleo de Documentação e Memória participa do projeto na revisão e nos encaminhamentos, às Varas da Subseção de Porto Alegre, dos processos que se encontravam arquivados e que constam em listagem fornecida pela Caixa Econômica Federal.

Desde o início do projeto até dezembro de 2016, no RS, foram destinados R\$ 272.000.000,00 (duzentos e setenta e dois milhões de reais).

Atividades em destaque

Premiação pela UNESCO – Programa Memórias do Mundo

Em 2015, dois processos da SJRS, que envolvem o reconhecimento de direitos sociais dos homossexuais (2000.71.00.9347-0 e 96.0002330-2), foram escolhidos para integrar o registro nacional do Programa Memórias do Mundo da UNESCO no tema “Decisões que Marcaram Época: A Caminhada do Poder Judiciário no Reconhecimento de Direitos Sociais aos Homossexuais”.

Evento Direitos Humanos uma questão de Justiça

Evento institucional, de natureza educativa, que foi realizado pelo Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Sul e entidades parceiras, com caráter itinerante, e deu visibilidade às diferentes percepções que formam a cidadania e as identidades do povo brasileiro na contemporaneidade à luz dos direitos humanos. O evento, organizado por eixos temáticos, abordou, no 1º semestre de 2016, o tema “Direitos Humanos e Direitos das Mulheres: A Justiça Federal e as Representações Sociais do Gênero Feminino”. No 2º semestre, os eixos explorados foram “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero: a homossexualidade e as demandas envolvendo transexualidade na Justiça Federal” e “Direitos Humanos, Direito à Inclusão e Identidades Étnico-Raciais: o debate na Justiça Federal sobre aceitação das diversidades e a percepção do outro em seu amplo aspecto, e sobre cotas raciais e sociais, abordando a questão do racismo e discriminação”. No 1º semestre de 2017, está-se desenvolvendo o 4º eixo “Direitos Humanos e Origem Nacional: identidades, migração e naturalização na Justiça Federal”. O ano de 2017 ainda contará, no 2º semestre, com a temática “Direito à Saúde”. Todos os eixos temáticos têm sido desenvolvidos em parceria com diversas instituições judiciais, museológicas e educacionais e têm caráter itinerante, sendo replicadas no TRF4, TRT4 e Memorial da Justiça Estadual.

Recepção da exposição Arquivos do Brasil, Memórias do Mundo

A exposição, sob a custódia do Arquivo Nacional do RJ, apresenta em seu escopo os acervos documentais brasileiros nominados pela UNESCO e é composta por expressivos da diversidade de tipologias documentais (manuscritos, fotografias, filmes, desenhos) provenientes de diferentes estados. A variedade de temas que os acervos oferecem permite um recorte que reprisa momentos bastante estudados na história do país (Sentença de Tiradentes, Dia do Fico, lei Áurea) e aproxima o visitante de um cotidiano que muitas vezes não lhe é facultado (rascunhos de textos de Machado de Assis, cadernetas de grampo com anotações de Oswaldo Cruz). Concomitantemente à exposição, foram apresentados os dois processos da Justiça Federal do RS envolvendo o reconhecimento de direitos sociais aos homossexuais que foram selecionados para integrar o registro nacional do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em outubro de 2015. A exposição foi realizada em parceria com o TRF4 e PGR4, em percurso entre os três prédios da Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha. No período de 15 de agosto e 27 de outubro, foram recebidas para visita guiada escolas de ensino fundamental, médio, EJAs (Educação de Jovens e Adultos) e universidades, além do público interno e público em geral.

Amostra estatística estadual de todos os processos físicos

Em 2013, organizou-se uma amostra estadual de processos de competência dos JEFs e realizou-se a capacitação de servidores. Cada subseção, sob orientação direta do NDOC, debruçou-se sobre o acervo, procedendo às atividades pertinentes e publicando os devidos editais de eliminação. Grande parte da avaliação documental dos processos dos JEFs no estado foi concluída entre 2015 e 2016.

Durante o ano de 2016, enquanto eram finalizadas algumas avaliações de processos de JEFs no interior do estado e na Subseção de Porto Alegre, terminava a avaliação de processos para o Projeto Depósitos Judiciais. Elaborou-se o próximo passo em Gestão Documental no RS, que consistiu na amostra estadual total dos processos físicos no RS, hoje, aproximadamente, 1.500.000 processos.

A amostra estadual, que foi apresentada às subseções no início de junho, agilizará a avaliação por trazer recursos e facilidades no sistema (Siapro), tais como a identificação da destinação dos processos, eliminando os controles manuais. A adoção desta sistemática resultará, ao longo dos anos, em redução de cerca de 80% do espaço físico hoje ocupado com arquivos, mantendo-se as garantias legais da preservação de processos com valor institucional probatório, histórico e de relevância social.

Atividades extraordinárias

Recepção e organização de Acervos de outras Subseções

O Núcleo atuou na recepção de acervos de Santa Maria, Santa Cruz e Lajeado, a fim de reduzir custos de locação de prédios para abrigar arquivo judicial naquelas Subseções. Por questões de logística e espaço físico existente, o Arquivo de Santa Maria ficou em Porto Alegre, e os outros dois acervos, de dimensão menor, foram recepcionados por Novo Hamburgo.

Acervo histórico

Resgate, em dezembro de 2016, dos processos da primeira fase da justiça Federal (1890 a 1967)

Os processos da primeira fase da Justiça Federal encontravam-se, desde a extinção da Justiça Federal em 1937, sob guarda do Estado do Rio Grande do Sul. Por meio de pesquisas realizadas, localizou-se, em 2015, o acervo, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do RS - APERS. A partir das pesquisas, realizadas naquele local, foram analisados, por parte da equipe do NDOC, 277 volumes (caixas ou maços), sendo identificados um total de 10.854 documentos.

Em janeiro de 2017, foi transferida a guarda da documentação para a Seção Judiciária do RS, aos cuidados do NDOC. Constatou-se que os processos que se encontravam em caixas estavam higienizados e alguns com reparos e restauros, todavia, a grande maioria dos documentos, em especial os que se encontravam em maços, apresentavam problemas de deterioração do papel e precisavam urgentemente passar por procedimentos de higienização e restauro.

Neste primeiro trimestre, foram dedicados esforços para a acomodação adequada do material histórico e foram iniciados os procedimentos de restauro.

A partir de abril de 2017, por meio de convênio firmado, somou-se à equipe do NDOC um estudante de História da Universidade Feevale que vem pesquisando e descrevendo os processos sob orientação direta da Arquivista da Seção Judiciária do RS e orientadores/professores daquela universidade.

Núcleo de Gestão Funcional

O Núcleo de Gestão Funcional é o responsável pela administração dos dados funcionais dos servidores da SJRS, cuidando do ingresso, pagamento e eventuais desligamentos, além de benefícios e diversas vantagens e deveres normativos (férias, licenças, etc.).

Especificamente quanto aos ingressos, importante ressaltar a dificuldade enfrentada pela JFRS em relação à quantidade de vagas livres para as quais não puderam ser nomeados servidores do concurso público.

Em 2016, houve a determinação para que as vagas decorrentes de aposentadoria, ou falecimento que gerem pensão, não fossem providas. Em 04/05/2017, eram 64 vagas sobrestadas por falta de orçamento na SJRS. Das demais vagas, surgidas pela criação de varas (1 em Ijuí e 2 em Gravataí), além de vagas de servidores que solicitaram desligamento (vacância ou exoneração), houve o total de 118 nomeações, no estado, desde julho/2015 até 01/06/2017.

Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças

O NPOF elabora a proposta orçamentária anual e diariamente executa o orçamento (empenha, liquida e paga fornecedores, pessoal, diárias, suprimentos, água e luz, aquisições diversas, obras, investimentos, etc., retendo tributos federais e municipais), controla e gerencia o saldo dos empenhos e o orçamento disponível. Mensalmente, faz a programação financeira e, trimestralmente, as reprogramações orçamentárias.

Além disso, elabora demonstrativos e relatórios para Receita Federal, TRF4, Conselho da Justiça Federal - CJF, Direção do Foro, etc.

O NPOF assumiu o encargo de gerenciar os resultados das ações de economia de recursos implantadas a partir do contingenciamento de 2016. O acompanhamento detalhado permitiu que as ações de economia fossem sendo ajustadas permanentemente, o que contribuiu para sua efetividade.

**Veja mais na seção sobre
Economia de Recursos.**

Núcleo de Tecnologia da Informação

O NTI existe para criar e manter soluções em hardware e software que auxiliem a instituição a resolver os processos, bem como prestar atendimento aos usuários dessas soluções.

A gestão foi marcada pela abertura aos usuários no levantamento de problemas encontrados nas rotinas das unidades. Em relação ao Núcleo de Tecnologia da Informação, as demandas se concentravam no número insuficiente de impressoras e em problemas nos links de comunicação de dados.

O contrato para manutenção dos equipamentos de informática da JFRS estava apresentando problemas. Como solução, o NTI propôs a retomada do trabalho com a empresa classificada em 2º lugar no processo licitatório e essa ação mostrou-se eficiente sendo que, atualmente, existem equipamentos de impressão em reserva técnica.

No que tange aos problemas nos links de comunicação de dados, foram realizados dois upgrades, duas rodadas de aumento das taxas de transferência nos circuitos de comunicação. Hoje, não temos mais problemas de tamanho (taxa de transferência) dos circuitos – como exemplo, a subseção de Novo Hamburgo tinha link de 16 Mbps, e hoje essa subseção tem um circuito com 34 Mbps, pelo mesmo preço inicial. Ou seja, essas melhorias necessariamente não significaram incremento no custo dos contratos de dados.

O ano de 2016 foi marcado pelo contingenciamento de gastos e, de parte do NTI, houve algumas ações que contribuíram para a economia no orçamento de custeio da Instituição.

A eliminação dos links redundantes trouxe uma economia de R\$ 1.100.000,00 por ano em despesas correntes. Nas aquisições de equipamentos, o valor investido foi reduzido de R\$ 4 milhões em 2015 para R\$ 550mil no ano de 2016.

O NTI realiza rotineiramente ações que contribuem para o bom andamento das rotinas administrativas e judiciais, dentre elas destacamos:

Implantação de infraestrutura de TI em todas as novas unidades, sejam elas UAAs ou varas federais. São instalados circuito de comunicação de dados, servidor de rede, equipamento de videoconferência, equipamentos de microinformática (microcomputadores, monitores, impressoras, scanner) e criadas as unidades nos sistemas e serviços;

Manutenção de sistemas: (a) desenvolvimento do aplicativo do eproc para dispositivos móveis – app eproc, disponível na Apple Store e na Google Play; (b) desenvolvimento do editor de textos do Gproc, que permitiu deixar de se utilizar o Gedpro nos processos eletrônicos, tornando a operação do sistema mais eficiente; (c) aumento de competências no Fórum de Conciliação do eproc – a ampliação permitiu que partes em processos de diversas matérias

pudessem fazer uso da solução; (d) manutenções no Siapro e Gedpro, diminuindo o tempo de indisponibilidade dos sistemas; (e) desenvolvimento do novo sistema de RH com implementação de funcionalidades voltadas à utilização da 1ª Instância; (f) implantação de novo sistema de atendimento de chamados trazendo mais eficiência no atendimento. A alteração facilitou a utilização pelo usuário e o controle e acompanhamento dos chamados pelo NTI; (g) implantação do sistema CNIS Web, utilizado pelas Varas Federais Previdenciárias, possibilitando, através de integração com a Dataprev, a utilização mesmo quando em trabalho remoto.

Aquisições: (a) microcomputadores mais rápidos, com disco “SSD” (1.200 unidades), essas máquinas utilizam menos tempo para ligar/desligar e respostas mais rápidas ao utilizar os programas; (b) aumento do número de monitores de 23” (mais 1.200 unidades), por permitirem maior produtividade, podendo ser utilizadas mais janelas simultâneas ou fontes maiores na tela; (c) novos scanners (90 unidades) destinados à substituição de equipamentos com mais de 10 anos de utilização – são equipamentos menores e mais rápidos, além de terem melhor qualidade, permitindo aumento de produtividade; (d) novo Core Switch, com tecnologia convergente – substituiu o equipamento anterior, que estava sem garantia. Também permite a implantação de novas tecnologias, por exemplo, a ligação ‘direta’ com o Ministério Público Federal através de cabo fibra óptica; (e) expansão do storage, com maior capacidade de armazenamento – permitiu a desativação de um equipamento mais antigo, cuja manutenção mensal tinha alto custo; (f) novos servidores de rede para as subseções do interior com mais de uma vara federal. São máquinas mais rápidas e com maior espaço para o armazenamento dos dados locais. Além disso, há monitoramento via software do próprio fabricante, que alerta sobre problemas e aciona a assistência técnica. Os equipamentos anteriores não estavam mais cobertos por garantia; (g) novos servidores de rede para o armazenamento de documentos do eproc, trazendo mais espaço e maior rapidez na busca dos documentos.

A Justiça Federal do RS tornou-se um **Autonomous System (AS)**, o que significa que a Instituição passou a definir seus endereços de IP, não mais definidos pelas Operadoras de Telecomunicações. A mudança, que representa avanços nas áreas de segurança e mobilidade, também permitiu a implantação do novo protocolo de endereçamento de redes, o IPv6, tecnologia que disponibiliza uma quantidade de IPs disponíveis extremamente maior que a tecnologia usada anteriormente, o IPv4. Em termos práticos, a alteração diminui o tráfego de troca com as Operadoras de Telecomunicações, o que minimizou o custo mensal dos contratos de ‘link’ de Internet. Além disso, aumentou a disponibilidade das redes, pois os IPs passaram a ser os mesmos em todas as operadoras contratadas – se uma delas “cair”, não será necessário modificar os IPs para que a outra operadora assuma o tráfego, aumentando a disponibilidade.

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

No período de julho/2015 a março/2017, o CEJUSCON, sob a coordenação do Juiz Federal Altair Antonio Gregório, atuou prioritariamente na realização de audiências de conciliação em processos que têm como parte a Caixa Econômica Federal: ações indenizatórias, execuções de créditos comerciais, processos de financiamento estudantil, causas que envolviam o sistema financeiro de habitação e programas de habitação populares, além de outras matérias diversas. A unidade se encarregou também da realização das audiências de conciliação nos processos de desapropriação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, tendo sido realizados três mutirões de desapropriação no período, dois para ampliação da BR116, nesta Subseção; outro da BR470, em Lagoa Vermelha; além de diversas audiências de conciliação em desapropriações de áreas da BR448, BR116 e de outras áreas para construção da nova ponte do Guaíba. Visando estender a experiência bem sucedida com as conciliações do DNIT, o Coordenador do CEJUSCON participou também da realização de mutirões de desapropriação em Umuarama e União da Vitória, no Paraná, sendo que neste último com a contribuição de um servidor desta unidade.

O uso do sistema de videoconferência para realização de conciliações com outras subseções tornou-se uma prática comum, possibilitando às Procuradorias das entidades

apresentarem-se nesta Capital, sem necessidade de deslocamento pelo interior do Estado. As Subseções têm utilizado, inclusive, a possibilidade de redistribuírem os processos para o CEJUSCON da Capital, em especial as que não tem uma unidade de conciliação, a fim de que as tentativas de acordo sejam realizadas, que agenda as audiências, procede às intimações, designa o conciliador e realiza o ato. Havendo conciliação, o processo retorna à origem apenas para baixa.

Ao Fórum de Conciliação Virtual, neste período, foi acrescida a participação do conciliador, com a finalidade de mediar, orientar e motivar a negociação entre as partes. Nos processos da Caixa Econômica Federal, ao ser aberto o fórum pelo interessado, as Varas de origem passaram a encaminhar o feito ao CEJUSCON, o que possibilita a atuação do conciliador no fórum. As orientações acerca do funcionamento do fórum também são prestadas por telefone, e-mail e aos que comparecem presencialmente na Justiça.

No período, também foram realizados mutirões pré-processuais com o Conselho Regional de Enfermagem - COREN, Conselho Regional de Representantes Comerciais - CORE, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO e com a Caixa Econômica Federal, sendo que, desde o 2º semestre de 2016, já se utiliza a classe “reclamação pré-processual”, regulamentada pela Resolução nº 15, de 23 de fevereiro de 2017, da Presidência do TRF4. Os resultados das conciliações pré-processuais são os que seguem:

Ano	Audiências designadas	Audiências realizadas	Acordos homologados	Valores homologados	Entidade
2015	116	16	15	R\$ 9.248,74	COREN
2015	43	4	2	R\$ 57.903,00	CAIXA
2016	86	31	28	R\$108.313,87	INMETRO
2016	44	6	6	R\$ 3.354,01	CORE
2016	93	28	11	R\$ 50.907,68	CAIXA
Total	382	85	62	R\$229.727,30	

Tabela resultado conciliações pré-processuais

A capacitação de conciliadores voltou a ser desenvolvida pelo CEJUSCON durante esta gestão. Os cursos de capacitação de conciliadores oferecidos pelo TRF4 e pelo Conselho da Justiça Federal exigem, após a conclusão da parte teórica, a realização de sessenta horas de estágio supervisionado, a ser realizado nos CEJUSCONs. Além dos 12 conciliadores formados anteriormente, recebemos 40 novos para formação, em 2016, na sua maioria bacharéis de direito, realizando especialização na Escola da Magistratura Federal. Desta turma, que está concluindo a sua formação neste ano, 22 permanecem atuando como conciliadores voluntários. No mês de março, 33 novos conciliadores iniciaram sua capacitação sob a supervisão do CEJUSCON. Atualmente, conta-se com 62 conciliadores, atuantes no CEJUSCON e na 26ª Vara Federal.

Os dados estatísticos do CEJUSCON de Porto Alegre,

apresentados na tabela a seguir, demonstram um crescimento da autocomposição como alternativa para a solução dos conflitos.

Desde 07 de março de 2016, o CEJUSCON cede espaço físico e dois servidores para o projeto “Entregando a cada um o que é seu”, sob a coordenação do Juiz Federal Fábio Dutra Lucarelli, designado para atuar nos processos da 17ª Vara Federal de Porto Alegre. O projeto visa à destinação de valores relativos a depósitos judiciais em processos previdenciários que haviam sido arquivados. Após o desarquivamento, os processos são submetidos à análise, com a finalidade de identificação e intimação dos beneficiários dos valores pendentes de saque. Para além dos dados estatísticos a seguir descritos, que demonstram o sucesso do projeto, vale referir a satisfação dos beneficiários ao serem informados da existência desses valores e da simplicidade com que tem sido operada a sua disponibilização.

	Audiências designadas	Audiências realizadas	Acordos homologados	Valores homologados
Jul-Dez/2015	497	291	204	R\$ 5.870.858,66
2016	2070	1450	619	R\$ 18.552.272,71
Jan-Mar/2017	474	310	104	R\$ 3.545.832,28
Total	3041	2051	927	R\$ 27.968.963,65

Dados estatísticos do CEJUSCON de Porto Alegre

“Entregando a cada um o que é seu” - 17ª VF de POA
Destina valores de depósitos judiciais em processos previdenciários arquivados.

Processos recebidos no CEJUSCON	337	
Processos baixados	240	71,22%
Processos ativos	97	28,78%
Valores apurados	R\$ 1.435.172,52	
Valores entregues às partes	R\$ 578.657,07	40,32%
Valores estornados para o INSS, TRF4 ou CEF	R\$ 139.058,76	9,69%
Valores pendentes de destinação	R\$ 717.456,69	49,99%

Dados “Entregando a cada um o que é seu”

Sob a mesma perspectiva da destinação de valores depositados em autos findos, o CEJUSCON, desde 12 de abril de 2016, atua também como centralizador de processos tributários nessas condições. Os autos desarquivados são redistribuídos para esta unidade e classificados por montante de valores depositados, após encaminhados, por lotes, com designação das importâncias, para carga da Fazenda Nacional, que se manifesta sobre a destinação desses valores. Recebida e juntada a manifestação neste CEJUSCON, os autos são encaminhados ao Juízo de origem para análise e deliberação. Os dados obtidos até esta data são os que seguem:

Total de Processos recebidos no CEJUSCON	211	
Em carga com a Fazenda Nacional	6	2,84%
Devolvidos para Distribuição	60	28,44%
Devolvidos para 13ª Vara Federal	30	14,22%
Ativos no CEJUSCON	115	54,50%

Valores depositados em autos findos - CEJUSCON

A Administração



Diretor do Foro: **Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli**
Vice Diretora do Foro: **Juíza Federal Marciane Bonzanini**
Assessoria da Direção do Foro: **Renata Vial Torres**
Diretor de Secretaria Administrativa: **Antônio Cesar Marques de Matos**

Magistrados – atual e anterior – que atuaram como Diretores de Foro de Subseção durante a Gestão 2015/2017

*Diretor anterior

Bagé	Cruz Alta	Rio Grande
Juíza Federal Camila Plentz Konrath	Juiz Federal Lúcio Rodrigo Maffassoli de Oliveira	Juíza Federal Marta Siqueira da Cunha
Juiz Federal Vinicius Vieira Indarte*	Juiz Federal Jose Ricardo Pereira*	Santa Cruz do Sul
Bento Gonçalves	Erechim	Juiz Federal Eduardo Vandrê Oliveira Lema Garcia
Juiz Federal Rodrigo Koehler Ribeiro	Juiz Federal Dr. Luis Carlos Cervi	Juiz Federal Rodrigo Machado Coutinho*
Juíza Federal Luciana Dias Bauer*	Gravataí	Juiz Federal Adriano Copetti*
Cachoeira do Sul	Juiz Federal Dr. Marcelo Cardozo da Silva	Santa Maria
Juíza Federal Gianni Cassol Konzen	Ijuí	Juiz Federal Dr. Loraci Flores de Lima
Canoas	Juiz Federal Alexandre Arnold	Santa Rosa
Juiz Federal Fábio Vítório Mattiello	Lajeado	Juiz Federal Rafael Lago Salapata
Juiz Federal Roberto Schaan Ferreira*	Juiz Federal Mauro Sbaraini	Santana do Livramento
Capão da Canoa	Novo Hamburgo	Juiz Federal Rafael Wolff
Juiz Federal Oscar Valente Cardoso	Juiz Federal Alex Péres Rocha	Santiago
Juíza Federal Liane Vieira Rodrigues*	Palmeira das Missões	Juíza Federal Cristiane Freier Ceron
Carazinho	Juíza Federal Ana Raquel Pinto de Lima	Santo Ângelo
Juiz Federal Cesar Augusto Vieira	Juiz Federal Lúcio Rodrigo Maffassoli de Oliveira*	Juiz Federal Marcelo Furtado Pereira Morales
Juiz Federal Murilo Brião da Silva*	Passo Fundo	Uruguaiana
Caxias do Sul	Juiz Federal Rafael Castegnaro Trevisan	Juiz Federal Guilherme Maines Caón
Juíza Federal Adriane Battisti	Pelotas	Juiz Federal Aderito Martins Nogueira Júnior*
Juiz Federal Frederico Valdez Pereira*	Juiz Federal Cristiano Bauer Sica Diniz	Juiz Federal Guilherme Beltrami*

Diretores dos Núcleos Administrativos na Gestão 2015/2017

*Diretor anterior

Núcleo de Controle Interno Carlos Augusto Legendre Lima	Núcleo de Cálculos Judiciais Marco Antônio Soares Ochoa
Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano Carolina Mousquer Lima Lia Bertuol*	Núcleo de Documentação e Memória Rita Vieira da Rosa
Núcleo de Apoio Administrativo Cléverton Tosetto Amaral	Núcleo de Gestão Funcional Aimoré Leal Teixeira
Núcleo de Apoio Operacional Ivanor Vilas Boas	Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças Ana Paula Pires
Núcleo de Apoio Judiciário Marco Aurélio Prigol Roque Tschiedel*	Núcleo de Tecnologia da Informação André Zamprogna Marcon
	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Gisele Lopes



Descrição de imagem

Foto superior do Parque Maurício Sirotski Sobrinho e Avenida Edvaldo Pereira Paiva juntamente com o Lago Guaíba ao fundo da imagem.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

